

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
CURSO DE ANTROPOLOGIA**

Letícia Zanella Sais

Histórias de cotidiano e território: contribuições etnográficas em um CRAS de
Florianópolis

Florianópolis

2023

Letícia Zanella Sais

Histórias de cotidiano e território: contribuições etnográficas em um CRAS de Florianópolis

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Antropologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharela em Antropologia

Orientadora: Prof. Dra. Viviane Vedana

Florianópolis

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pela autora, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC

Sais, Letícia Zanella
Histórias de cotidiano e território : contribuições
etnográficas em um CRAS de Florianópolis / Letícia Zanella
Sais ; orientadora, Viviane Vedana, 2024.
73 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Antropologia,
Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Antropologia. 2. Etnografia. 3. Políticas públicas
de assistência social. 4. Cotidiano. 5. Território. I.
Vedana, Viviane. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Graduação em Antropologia. III. Título.

Letícia Zanella Sais

Histórias de cotidiano e território: contribuições etnográficas em um CRAS de Florianópolis

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Bacharel em Antropologia e aprovado em sua forma final pelo curso de Antropologia.

Florianópolis, 20 de dezembro de 2023.

Prof(a). Dra. Alinne de Lima Bonetti

Coordenador(a) do Curso

Banca Examinadora

Prof(a) Dra. Viviane Vedana

Orientadora

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Rafael Victorino Devos

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof(a) Dra. Andréa Cláudia Miguel Marques Barbosa

Universidade Federal de São Paulo

*Dedico este trabalho às pessoas comuns
(sobre)vivendo ao cotidiano, sem as
quais este mundo não giraria.*

AGRADECIMENTOS

Esta escrita deriva de um trabalho coletivo, seja pelas ideias compartilhadas no tempo em que vivo e com quem vivo, seja pelas leituras e com quem converso indiretamente, mas principalmente porque escrita e experiência são inseparáveis. Portanto, este trabalho foi possível a partir de trocas com as pessoas aqui referenciadas e outras mais, a quem agradeço imensamente.

À minha família, que me ensinou a gostar de histórias e me faz gargalhar e chorar com várias, obrigada por abrirem tantos caminhos. Em especial, agradeço a minha mãe, Andréa, que me ensinou o prazer na leitura e na escrita junto de uma percepção estética sensível, e ao meu pai, que me incentiva a ser curiosa, a andar devagar e a rir sempre que possível. Às amigas inseparáveis "desde a barriga", Helena e Laila, e suas famílias. E às famílias que escolhi para chamar de minhas também, de Bernadete e Idaeto, de Silvia e Marcão.

À minha querida orientadora, Viviane, que, mesmo enfrentando muito trabalho e dor de cabeça, nunca deixou de se fazer presente e "viajar" junto comigo, me inspirando, desafiando e incentivando. E a todas e todos os professores que fizeram diferença em minha formação até agora, desde as escolas ao CFH, mas também aos que ainda virão. Obrigada por me mostrarem ciências sensíveis que se preocupam e responsabilmente cuidam de pessoas, seres e coisas.

Às e aos trabalhadores, bem como usuárias/os, do CRAS Canasvieiras, que me acolheram desde o primeiro dia e proporcionaram uma experiência inesquecível, possibilitando a realização desta pesquisa. Às companheiras de estágio que me acompanharam neste período de pesquisa, Guerrero e Marília, orientadores de estágio e da vida, bem como às amigas e amigos da Psicologia, pelo apoio e fortalecimento de sempre.

À secretaria da graduação em Antropologia, em especial ao João, pela gentileza, pelos papos e socorros. Ao CFH e às instâncias e pessoas que fazem a UFSC ser como é, possibilitando tantos encontros, pesquisas, extensões e o exercício das políticas afirmativas.

Às amigas e amigos da Antropologia pelos intervalos, conversas, acolhidas e por tornarem esse tempo de escrita mais leve. Em especial, agradeço minha amiga Débora, que desde 2018 se tornou aconchego e uma de minhas maiores saudades. E Sergio, simplesmente por ser quem é, pelas provocações e carinhos e pelos nossos projetos de vida.

Ao povo de zouk, de forró e improvisos, pelo movimento, parceria e respiros.

Às e aos contadores de história que conheci e a quem se dispõe a ouvi-las/os.

RESUMO

Nesta monografia inscreve-se uma etnografia a partir da experiência de uma estagiária com políticas públicas de assistência social no Norte da Ilha de Florianópolis (SC). A pesquisa objetivou compreender as práticas cotidianas que produzem relações e dinâmicas sociais no território do Centro de Referência de Assistência Social de Canasvieiras. Com base na perspectiva de Michel de Certeau principalmente, os fazeres, estratégias e táticas estudados dizem respeito tanto a trabalhadoras/es desse lugar, como a usuárias/os de seus serviços, em especial a um grupo chamado Cooperativa De Mãos Dadas, que é composto majoritariamente por imigrantes latino-americanos. Acompanhando esse campo duas vezes por semana no período de um ano, ouviu-se histórias de cotidiano em encontros e conversas informais. Isso seja em reuniões, seja em corredores, na copa ou ainda em oficinas, com destaque para uma culinária de arepas venezuelanas. Foram, então, tecidas discussões entre a antropologia e outras áreas de saber, destacadamente com a noção de "território" de Milton Santos.

Palavras-chave: CRAS; antropologia; cotidiano; maneiras de fazer; território.

ABSTRACT

In this monograph an ethnography is inscribed based on the experience of an intern working with social assistance public policies in the city of Florianópolis (state of Santa Catarina, Brazil). The research aimed to comprehend the everyday life practices that produce relations and social dynamics in the territory of the Canasvieiras Reference Center for Social Assistance (CRAS). Mainly based on Michel de Certeau's perspective, the studied doings, the strategies and tactics concern the workers of this place, as well as the users of its services, specially the participants of a group called Cooperativa (Co-op) De Mãos Dadas, which is mostly composed by Latin-American immigrants. Attending this field twice a week during a year, stories of everyday life were listened to in regular meetings and informal conversation. This was held either in official meetings, either by the hallways, the pantry, or at workshops, with emphasis on a Venezuelan arepas culinary workshop. Thus, discussions were made with anthropology and other knowledge fields, prominently with the notion of "territory" by Milton Santos.

Keywords: CRAS; anthropology; everyday life; practices; territory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de Florianópolis com divisão administrativa por distritos.....	38
Figura 2 - Vista de dentro do CRAS Canasvieiras para seu letreiro e o estacionamento coletivo dos equipamentos.....	45
Figura 3 - Copa do CRAS e suas plantas.....	47
Figura 4 - Mesa da copa em uma pausa do trabalho.....	48
Figura 5 - A sala de uso coletivo e o coordenador do CRAS em sua mesa.....	49
Figura 6 - Encontro da cooperativa com o SEBRAE.....	50
Figura 7 - Comida de um lanche e outras coisas.....	55
Figura 8 - Alice com a mão na massa.....	60
Figura 9 - Preparando a massa.....	61
Figura 10 - Moldando a massa.....	61
Figura 11 - Mulheres na oficina de arepas.....	64
Figura 12 - Recheando as arepas com queijo e feijão.....	65

LISTA DE SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAD.	Cadastro Único
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
EBM	Escola de Educação Básica Municipal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPIUF	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Florianópolis
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TICAN	Terminal de Integração de Canasvieiras
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
PERCURSOS METODOLÓGICOS.....	16
ORGANIZAÇÃO DA MONOGRAFIA.....	20
CAPÍTULO 1 - POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, O CRAS CANASVIEIRAS E SEUS POSSÍVEIS.....	22
1.1 <i>"SE A GENTE NÃO MELHORAR A VIDA DAS PESSOAS QUE A GENTE ATENDE, NEM ADIANTA ATENDER [...] MAS NÃO TEM COMO ATENDER SEM ESTRUTURA": DO SUAS E SUAS RELAÇÕES.....</i>	<i>22</i>
1.2 <i>"DEIXA EU TE CONTAR UMA HISTÓRIA" OU "MATANDO O MARIDO": DO CRAS CANASVIEIRAS E SUAS PRÁTICAS COTIDIANAS.....</i>	<i>27</i>
CAPÍTULO 2 - DOS BAIRROS, LUGARES E TERRITÓRIOS COTIDIANOS DE FLORIANÓPOLIS.....	36
2.1 <i>"TÁ MUITO PESADO VIVER AQUI": COMO SE (DES)ORGANIZA UMA CIDADE?.....</i>	<i>36</i>
2.2 <i>ENTRE LAJOTINHA, TRÊS MARIAS E BRAULINA: SOBRE OS TERRITÓRIOS DO CRAS CANASVIEIRAS.....</i>	<i>41</i>
2.3 <i>PARA TRABALHAR COM POLÍTICA PÚBLICA E COM GENTE, HÁ QUE SE PISAR NO CHÃO QUE ELA PISA.....</i>	<i>51</i>
CAPÍTULO 3 - EMERGÊNCIAS EM UMA COOPERATIVA DE TRABALHO.....	54
3.1 <i>ÁGUA COM LIMÃO EM JEJUM, GLÚTEN E AÇÚCAR: O GRUPO E A COMIDA..</i>	<i>54</i>
3.2 <i>RESSONÂNCIAS DE UMA OFICINA DE AREPAS VENEZUELANAS.....</i>	<i>59</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
REFERÊNCIAS.....	67

INTRODUÇÃO

A primeira vez que me recordo de ter pensado sobre memória foi ainda criança, com uma mulher gentil e astuciosa. Uma senhora espirituosa, cheia de contos e causos. Uma contadora de histórias, que um dia – ou aos poucos – parou de contá-las. Sou neta dessa Clory vaidosa de cabelos brancos ralos, mas sempre arrumados, e que foi diagnosticada com Alzheimer quando eu era criança, ainda sem condições de entender o que aquilo significava. Ao passo em que eu crescia, minha avó materna se perdia em seus esquecimentos. Comecei a conhecer a doença como um apagamento, um roubo de quem ela era, já que aos poucos foi parando de fazer os doces que sempre fez com esmero, as histórias e piadas que contava com frequência se esvaíam, assim como o reconhecimento de si e de outros.

Assim, conheci o luto muito antes de sua morte, momento em que entendi a importância da memória. Conforme ia crescendo, ia percebendo que ela não é só minha, nem sua, ou de outro alguém somente. Precisamos de outros para lembrar, para produzi-la. Na graduação, mais tarde, signifiquei essa categoria como lugar de pertencimento, de afeto, de identidade. A antropologia e a psicologia social ensinaram-me que ela é sempre coletiva e que, onde há cultura, há memória e vice-e-versa.

Começo escrevendo assim pois, embora essa pesquisa não seja mais sobre memória (ao menos não pontualmente), foi desta palavra que ela nasceu. Como todo bom projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), segundo minha orientadora, o meu se desfez enquanto tentava satisfazê-lo. E se refez de outras formas, tentando acompanhar um campo desafiador. Creio que levei ao pé da letra a proposta de Tim Ingold (2019, p. 8) de pensar que "a antropologia será sempre uma disciplina em aberto: ela não pode se constituir de maneira mais definitiva do que a vida social da qual ela se ocupa". Assim, aprendi a ouvir o que o campo me contava e respeitei suas necessidades e meus possíveis para com estas naquele momento.

Ouvi de uma professora querida no último semestre do curso de antropologia que um TCC talvez seja muito mais para exercitarmos o pesquisar e produzir mais perguntas do que respostas. É o que ofereço aqui. Porém, para manter ainda alguma consistência no argumento e coerência com um lugar e pessoas que têm muito a dizer, este trabalho foi se afinando para a matéria prima da memória: as relações e as histórias que contam. Disso posso falar, disso um TCC me permite dar conta. E, se hoje sei que a memória não é feita de cabeças, mas de corpo, de sentidos e de relações inseparáveis a lugares onde a vida acontece, aprendi a chamar

esses lugares de territórios, sendo estes vivos não por nomes oficiais e divisões geopolíticas principalmente, mas por afetos e fazeres. São espaços de objetos, subjetividades, lutas, direitos, resistências e existências.

É isso que me interessava e movia a pesquisa, o cotidiano, a experiência, onde e como a vida acontece. Ouvi da mesma professora mencionada por último, Xanda Alencar, inspirada em Hélio Silva (2009), que o antropólogo é um colecionador de miudezas. Acho isso de uma importância tremenda! Atenção, compreensão e o cuidado com o que nos faz *fazer viver* no(s) tempo(s)... Adicionaria ainda uma outra palavra dentre essas miudezas, porque planejo me tornar cada vez mais uma inacabada colecionadora de histórias.

É isso também que mais tentarei contar aqui, o que eu só aprendi com a experiência, o que nunca conseguiria ler em nenhum lugar, pois essas relações não são contadas. E, se não são narradas, não são conhecidas. Se não se conhece é como se não existisse. Assim, o Norte da Ilha e a cidade de Florianópolis seguem conhecidos pelas mesmas narrativas. E estas, quando lembram para além da nata social, dizem sobre desgraças, desastres, misérias. Não que as histórias que tive acesso não tinham um pouco desses três ou pelo menos um deles, mas não é isso também que interessa ser destaque do que será contado. Disso se sabe. Mas não se sabe o poder de uma oficina culinária de arepas venezuelanas, não se sabe o carinho de uma cuca de paçoca recém assada por uma "mãe voluntária" e não se sabe das forças e *táticas* (Certeau, 1998) equilibristas do cotidiano dos e das trabalhadoras com quem conversei.

Desde 2018, ano em que ingressei no curso de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), busquei construir uma trajetória plural. Inevitável, ao me mesclar nas ciências humanas e sociais a partir de leituras e contatos, também em minha outra graduação, Psicologia. É importante situar essa relação desde este começo, pois foi minha posição como estagiária de psicologia em um equipamento¹ público do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que possibilitou o campo robusto da pesquisa do TCC de antropologia. A posição de estagiária permitiu a consolidação de uma relação de confiança entre os/as profissionais do equipamento e eu, enquanto futura profissional e pesquisadora, em tempo ágil.

A escolha foi-se constituindo ao passo que ia me encantando com as práticas que compunham aquele cotidiano. Tal como a sintonia de um vendaval, quem já trabalhou ou pesquisou em um CRAS sabe da surpreendente potência encontrada em seus fluxos incessantes. Ritmos abruptos embalam suas ações e organizações em um ambiente que não

¹Categoria usada corriqueiramente por quem trabalha com políticas públicas que será explicada no primeiro capítulo.

para, respondendo a incansáveis demandas e necessidades. Conto aqui para os que não sabem, entre os quais, curiosamente, estão grande parte de minhas/meus colegas antropólogas/os² e aprendizes. Algumas das perguntas mais frequentes (se não as mais frequentes) a esta pesquisa, quando apresentada em disciplinas e eventos acadêmico-científicos, eram muito básicas sobre as dinâmicas de funcionamento e as políticas públicas envolvidas no SUAS, por vezes sendo confundido com o Sistema Único de Saúde (SUS).

Assim, esta monografia é escrita, dentre outros/as leitores/as imaginários/as, à própria disciplina da Antropologia no Brasil, que me surpreende em ainda estar tão distanciada de nosso SUAS³, onde se encontra tanta gente desse país. Talvez a maioria de sua população tenha passado por seus equipamentos e serviços ao menos uma vez na vida, tornando-o, assim, um lugar privilegiado à prática antropológica. Talvez isso diga também de um projeto de Estado para o qual torna-se interessante que grande parte da população não saiba de seus direitos. De todo modo, espero que esse TCC contribua para a relação entre antropologia e assistência social (a)parecer mais óbvia e, profissionalmente, mais possível.

Lembro de outra professora, Vânia Cardoso, dizer já no primeiro semestre que, uma vez em contato com a antropologia, não somos mais os/as mesmos/as. Entrei em concordância ao passo em que me encantava mais e descobria que, se me sentia confortável em grande medida com a psicologia, foi a antropologia que sempre me tirou o chão. Parte disso pois compreendi que, entre as coisas mais preciosas desse campo de saber, está o aprender a desaprender, o estranhamento do que acreditamos já ser conhecido e familiar (Velho, 1987).

Sigo conhecendo diversas áreas de estudo desde o momento de ingresso na universidade, permeadas por discussões sobre marcadores sociais da diferença, tais como gênero, sexualidade, raça, etnia, classe, nacionalidade e deficiência, o que culminou na escolha de traçar um caminho profissional e pessoal comprometido politicamente com a realidade e sua transformação. Isso me instiga a fazer pesquisas não distanciadas, mas próximas às pessoas com quem pesquiso, sejam interlocutores/as, sejam profissionais da antropologia ou de outras áreas.

²A flexão de gênero neste trabalho ocorre em ordem de maior público, ou seja, se há consideravelmente mais mulheres em certo espaço, o artigo “a” virá antes do “o”.

³Durante o período da pesquisa em 2023, pesquisei trabalhos que articulassem "antropologia" e "CRAS" ou "antropologia" e "assistência social" como descritores em três base de dados: o Repositório Institucional da UFSC, a Plataforma Sucupira da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e o Google Acadêmico. Brevemente, em levantamento não sistematizado, constatou-se que, quando há trabalhos que articulam tais descritores, referem-se a temas específicos de interesse da antropologia e transversais ao CRAS ou à assistência social, como saúde, religião e políticas públicas, memória, velhice e pessoas em situação de rua. Por outro lado, quando há maior aprofundamento na assistência social ou em CRAS, a antropologia aparece pontualmente como parte do método de outras áreas, como a psicologia, mas não como perspectiva majoritária, não etnografias nem trabalhos atrelados às ciências sociais.

A antropologia que me orienta e na qual invisto é uma antropologia que seguimos construindo no cotidiano e com as pessoas com as quais aprendemos e trabalhamos. É uma ciência coletiva, cuja prática é feita em cooperação. É também atravessada por cuidados, pois enquanto questiona a própria cultura a partir de outras e vice-versa, sabe que suas próprias categorias epistemológicas também são socialmente produzidas e devem ser constantemente repensadas (Taussig, 2010).

Assim como outras instâncias da vida social, ciência não é apenas uma e se trata de um campo de disputas (Haraway, 1988). Torná-la plural e inclusiva é perspectiva de mundo. A antropologia que aprendi nesses últimos anos e escolhi defender é atenta a discursos colonialistas, a práticas imperialistas, à manutenção de privilégios e desigualdades. Portanto, se foram anos, décadas, séculos de políticas de morte em territórios de existência, nos quais a antropologia pode ser testemunha, pensar e buscar desfazer as condições de produção e manutenção de desigualdades, como proferido por Sônia Maluf, talvez seja uma das principais tarefas dos/as antropólogos/as (informação verbal)⁴.

Para isso, é necessário situar as posições que ocupamos e o lugar de onde partimos, sendo o conhecimento localizado e a discussão de nossas implicações na pesquisa um dever do/a pesquisador(a), um fazer responsável e comprometido eticamente (Haraway, 1988). Foi também, principalmente, com autoras do feminismo negro e/ou latino-americano⁵ que aprendi enquanto voluntária em Iniciação Científica no Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS) na UFSC a desamarar estruturas duras na produção de conhecimento que se pretendem neutras e que a prioridade à experiência como base do trabalho antropológico não diminui seu potencial acadêmico (Figueiredo, 2020). Nesse momento, iniciei um processo intenso de transgressão a dicotomias e binarismos entranhadas nas ciências ocidentais, que nunca mais cessou.

O gosto pela leitura e pela escrita foi intensamente despertado a cada semestre de universidade. Entretanto, já no final da graduação, entendo que as palavras lidas não se separam da leitura de mundo e que teoria e prática andam sempre lado a lado, ou então deveriam (Freire, 1989). Por isso, a pesquisa, a extensão e a prática de estágio compuseram experiências que deram sentido aos conceitos conhecidos. Foi o que também me possibilitou questioná-los e repensá-los. A experiência que tive como monitora voluntária da Licenciatura

⁴Referência à conferência da professora Sônia Weidner Maluf, intitulada “Antropologia da Urgência: contribuições da pesquisa antropológica no mundo (pós)pandêmico”, na Semana Acadêmica de Antropologia da UFSC, realizada entre 12 e 14 de setembro de 2022.

⁵Refiro-me a bell hooks, Sueli Carneiro, Patricia Hill Collins, Conceição Evaristo, Lélia Gonzalez, Angela Davis, Grada Kilomba, Carolina Maria de Jesus, dentre outras.

Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica transformou a compreensão sobre minha própria pesquisa bibliográfica a partir dos TCCs daqueles/as estudantes. O encontro com os estudos sobre deficiência, com pessoas com deficiência e movimentos sociais mudou minha percepção de mundo. Encontrei-me encontrando pessoas.

Encantei-me com a antropologia dos objetos e, mais recentemente, com a antropologia visual. A área da saúde, coletiva e de cuidado integral, me capturou. E a educação, a partir da antropologia e da psicologia, constitui mais de um projeto de futuro profissional. Em similar intensidade, inesgotáveis aproximações com a dança, a música, o teatro, a fotografia e o cinema infringem formas nas teorias e práticas que me orientam. Posso dizer que também foram processos comunitários e ações coletivas na vida pessoal, como a organização e luta com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), conhecer pessoas e organizações em diversos territórios, a participação em um projeto de extensão da Psicologia/UFSC no Morro da Queimada, o trabalho como assistente terapêutica de uma criança no espectro do autismo e acompanhando sua família, o papel de educadora social em uma ONG para formação e capacitação profissional de adolescentes, e atualmente o estágio na assistência social, que constituíram meus jeitos de fazer pesquisa. Foi também em tantas tentativas, sem saber o que fazia ou como fazer com certeza, que sigo aprendendo o que é pesquisar.

PERCURSOS METODOLÓGICOS

Entre agosto de 2022 e junho de 2023, estive presente dois dias por semana em campo, oito (8) horas semanais, devido à carga-horária obrigatória de meu último estágio da graduação em psicologia. Posteriormente, fiquei alguns meses a mais indo e vindo, especificamente para o grupo que mais me aproximei, a Cooperativa De Mãos Dadas, sobre o qual falarei adiante. Descontando o período de férias entre dezembro e fevereiro e a pausa em julho, devo ter exercitado um ano de idas e vindas com frequência ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Canasvieiras. Como mesmo não indo presencialmente, continuamos nossa pesquisa estudando e continuamente pensando sobre ela, deve-se contar um pouco menos de três semestres. Comecei a frequentar aquele espaço, claro, como estagiária, e foi durante o primeiro semestre que decidi que ali seria lugar de pesquisa também, chão do meu TCC da antropologia.

Um diário de campo foi mantido desde o primeiro dia e a primeira reunião ali dentro, desde o primeiro contato com o campo, fazendo do papel e da caneta os materiais mais usados durante toda a pesquisa e, portanto, importantes orientadores de sua escrita. A caneta anotou

muitas aspas, para que falas não fossem esquecidas. Dessa forma, registrava a imersão participante que se guiou pelo olhar, o ouvir e o escrever de Roberto Cardoso de Oliveira (2 ed, 2000). Trata-se de observação e escuta qualificadas, que estiveram sempre sintonizadas com a interpretação e a transcrição da escrita no sistema de ideias e valores próprios da antropologia, mas também da pesquisadora.

Para este autor, ainda, deve-se pensar as condições de produção da etnografia desde o início do campo, pensando o lugar de onde se parte e que nos acompanha durante todo o percurso. Trata-se também da indissociabilidade da empiria ("eventos, acontecimentos, palavras, textos, cheiros, sabores, tudo que nos afeta os sentidos") com a teoria que embasa a pesquisa, pretendendo não reduzir a etnografia a um método (Peirano, 2014, p. 380). O percurso, assim e antes de tudo, contemplou deslocamentos, movimentos e uma entrega que percorreu o interesse principal da pesquisadora: as pessoas e suas histórias.

Nesse sentido, ressalta-se que o deixar-se surpreender é caro aos estudos antropológicos (Favret-Saada, 2005; Peirano, 2014) e só é possível a partir do conhecimento de algo que contrasta, sendo o estranhamento e o despertar de interesse condição primária para a etnografia e acontecendo a partir de experiências vividas passadas, que nos abrem a percepção para prestar atenção em coisas que de outra forma poderiam passar despercebidas (Peirano, 2014). Concomitantemente, a pesquisadora se permitiu ser afetada, tal como propõe Favret-Saada (2005, p. 160) ao pensar este como o primeiro passo para a comunicação com os sujeitos da pesquisa, "assumindo o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer" e, então, possibilitando a etnografia.

Pois bem, desmanches formaram um dos movimentos mais presentes na pesquisa. A começar pelas inúmeras mudanças nos temas de análise, como já mencionado, em um processo de idas e vindas aprendendo a ouvir e respeitar o campo. Cheio de fluxos incessantes de trabalho, alta demanda e imprevisibilidade, o CRAS Canasvieiras ensinou muito sobre imprevisto, inventividade e redirecionamento de planos. Os próprios objetivos da pesquisa, apesar de estarem previstos no projeto de TCC e embora aprendemos que o método responde a tais objetivos, foram sendo descobertos ao longo da experiência do pesquisar. Acredito que o método veio até primeiro e, a partir dele, em suas variadas formas, os objetivos foram ficando mais claros. As perguntas mudaram muito e provocaram grandes conflitos para alguém que estava aprendendo a fazer pesquisa e a fazer trabalho de campo no CRAS. Não seria exagero dizer que aprendia o que estava fazendo ao passo em que fazia e entendia. Provavelmente ainda entenderei anos adiante. Logicamente, não foi um percurso solitário, cada troca, orientação e aula contribuíram para elaborar a pesquisa.

O objetivo da pesquisa de início buscava compreender a memória compartilhada entre os sujeitos que compõem a Cooperativa De Mãos Dadas, a partir de suas práticas (artísticas, artesanais, de trabalho) e experiências cotidianas no território, expressadas nas narrativas que emergem na produção de um site de vendas. O próprio site seria não somente para mercadorias, mas como um espaço de exposição, seja das obras, seja das histórias e vidas das pessoas envolvidas no grupo. Sua produção, por sua vez, mobilizaria o encontro e o desencontro dessas histórias, possibilitando produzir também um espaço de memória coletiva que contaria a experiência no território em questão. Essa produção chegou de fato a começar, partindo de um desejo do grupo, mas está suspensa devido a uma série de mudanças na vida pessoal das pessoas. Uma, por exemplo, é a trágica partida de um integrante chave na cooperativa, que precisou voltar para perto de sua família na Venezuela após demissões e complicações financeiras sem conseguir um novo emprego em Florianópolis. Era o programador responsável pela montagem tecnológica do site e também autor da ideia inicial.

O objetivo transformou-se então para compreender as práticas cotidianas que produzem relações e dinâmicas sociais no território do CRAS Canasvieiras, entendendo o CRAS como território principal de onde a pesquisa parte e para onde sempre retorna. As entrevistas que estavam também previstas se transformaram em conversas informais em cada encontro com as/os trabalhadoras/as daquele equipamento e suas/seus usuárias/os. E tem algo de muito rico na informalidade do cotidiano, quando as pessoas estão mais à vontade para falar e as conversas são levadas a lugares de interesse coletivo. Foi o possível no período e também o que fez mais sentido para as/os interlocutoras/es que, enquanto profissionais, estavam sobrecarregadas/os em demandas incessantes e, enquanto usuárias/os, tinham dificuldade de acessar o CRAS muitas vezes, seja por exigências de trabalhos, seja pela situação familiar em que se encontravam, seja pelo dinheiro que por vezes faltava para chegar até lá mais de duas vezes no mês.

Já no que concerne a questão de nomeação e identificação de interlocutoras/es da pesquisa, nada faria mais sentido do que nomeá-las/os de acordo com seus nomes reais, pois os nomes, como veremos já no primeiro capítulo, são muito importantes nesse contexto. Parece uma maneira de respeitar e referenciar essas pessoas com quem tanto aprendi. Dessa forma, entretanto, esbarramos em dilemas éticos próprios do fazer etnográfico que têm sido pensados há décadas (Fonseca, 2008). Como uma saída possível, Claudia Fonseca (2008) apresenta um debate intenso sobre o uso dos nomes, mas defende o anonimato por diversas razões. A começar por um caráter de proteção às pessoas que se dispõem a conversar conosco.

Desse modo, optei por resguardar-lhes o direito à privacidade, bem como para não promover tensões e conflitos a lideranças comunitárias e figuras que estão envolvidas em lutas pelas políticas públicas, gente que enfrenta o poder público e autoridades que não gostam de ser confrontadas. Motivo também pelo qual não há muitas descrições densas sobre as aparências dessas pessoas, temendo que apenas os nomes fictícios não garantam certo anonimato. De fato, não me apetece "esconder" as/os autoras/es de práticas interessantíssimas no contexto de pesquisa, mas me pareceu ser a saída mais ética.

Outrossim, devemos levar em conta que nem sempre nossas/os interlocutoras/es sabem até onde vai seu consentimento, sem imaginar muitas vezes a profundidade da descrição etnográfica e de nossas análises.

"Que o pesquisador esteja lidando com grupos subalternos ou não, a antropologia da prática, com sua tendência de explorar exatamente aqueles domínios que não são "para inglês ver" trouxe renovados desafios éticos para o estudo etnográfico – desafios que o contrato de "consentimento informado" não resolve. Depois de tudo, se o objetivo do antropólogo é justamente chegar na lógica implícita dos atos, falar dos "não-ditos" do local, adentrar de certa forma no "inconsciente" das práticas culturais, como podemos imaginar que os informantes prevêem todas conseqüências de seu consentimento informado?" (Fonseca, 2008, p. 44)

E essa corda bamba em que antropólogas/os buscam se equilibrar entre a riqueza de detalhes, a fidelidade à realidade e aos limites éticos balança e balança.

Em último argumento, a autora mostra como o uso de pseudônimos pode ser "uma maneira de lembrar a nossos leitores e a nós mesmos que não temos a pretensão de restituir a 'realidade bruta' (e nem por isso consideramos a antropologia uma ciência 'menor')" (Fonseca, 2008, p. 49). Confere, assim, autoridade à etnografia também como ficção, no sentido de que é fabricada, forjada, não no sentido de ser falsa. Nesse sentido, com exceção do terceiro capítulo, em que há um nome fictício, foi optado na maioria do texto por assimilar uma letra seguida de ponto para cada pessoa, possibilitando liberdade criativa também às/aos leitoras/es de criarem seus próprios nomes a partir destas ou ficarem apenas com as letras.

Por fim, ficcionalizando a fidedignidade do campo, cabe ressaltar a importância da fotografia nesse processo, tanto para a pesquisa como para sua escrita, possibilitando ver o que não tinha antes sido visto e produzir novas análises. O aprofundamento em uma antropologia visual também foi-se desmanchando na relação com o campo e o tempo de pesquisa, mas uma primeira experimentação com imagens ainda foi possível, aparecendo em um ensaio com participantes da cooperativa de trabalho e suas artesanias, por um lado, e de outro, para repensar a escrita desta monografia e o curso da pesquisa. Essa aproximação tece

relações com as propostas da professora Andréa Barbosa (2009) no que concerne um trânsito entre imagem e a experiência (sensorial, emocional e reflexiva) de estar no mundo.

Barbosa (2009, p. 72), no capítulo "Significados e sentidos em textos e imagens", argumenta que a produção de imagens no trabalho antropológico pode configurar tanto um "modo de provocar como de expressar a pesquisa, situação que em alguns casos não seria possível somente com a escrita" e o que pode ser conhecido por outras formas além das palavras verbalizadas. Dessa forma, as imagens produzidas e as mostradas nos capítulos adiante procuram não ilustrar o texto ou estarem sob controle das palavras que as cercam, mas possibilitar outras compreensões da pesquisa e de sua empiria a partir de sua polissemia imagética, possibilitando também talvez maior aproximação com gestos, movimentos, sentidos e o potencial criativo da imaginação.

Ademais, a intenção na conversa com imagens aqui não compactua com uma hierarquização dos sentidos, posto que compreendo que a produção imagética pode oferecer uma relação sinestésica muito forte. É portanto intenção desta pesquisa, junto a proposições de Paul Stoller (2022, p. 36), a não fazer com que os "aromas de dar água na boca" sejam menos importantes do que os "princípios basilares áridos" na antropologia. Busca-se, assim, ecoar os cheiros, sabores, sons e texturas das coisas etnográficas encontradas pelo caminho. E tenta-se alcançar essas ressonâncias também com as ardências das imagens (Didi-Huberman, 2012), com os sentidos que fazem arder entre imagem e palavra.

ORGANIZAÇÃO DA MONOGRAFIA

Os capítulos a seguir estão dispostos buscando fazer jus à experiência vivida durante o tempo de pesquisa e aproximar o/a leitor(a) do CRAS Canasvieiras, as relações ali tecidas e suas práticas cotidianas. Para isso, a monografia divide-se na apresentação de um cotidiano possível das políticas públicas de assistência social, territórios envolvidos e enfim a cooperativa de trabalho que ali tem seu chão.

O capítulo 1 foi o primeiro a ser pensado com a certeza de que precisaria estar no início do TCC, pois possibilita melhor entendimento do campo e de toda a pesquisa e suas discussões a quem não tem proximidade com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Abrigo da maioria das siglas da lista pré-sumário, trata-se de situar um pouco da política nacional de assistência social enquanto política pública fundamental ao país e à maioria de sua população, tomando forma junto às experiências práticas da entrada no campo e o que aprendi sobre o funcionamento desse sistema no período de estágio/pesquisa no CRAS

Canasvieiras. As dinâmicas que organizam o espaço, os/as trabalhadores/as e os/as usuários/as dos serviços oferecidos, as relações construídas dentro e fora deste CRAS específico, bem como as práticas que compõem o cotidiano desse equipamento são abordadas, com análises embasadas principalmente em Michel de Certeau. O capítulo é dividido em subcapítulos para facilitar a compreensão e o fluxo da leitura.

Já o segundo capítulo é conduzido por formas de pensar a categoria "território", entre a divisão geopolítica de Florianópolis e os territórios que cabem em um CRAS no Norte da Ilha. Onde é localizado? O que tem perto? Que pessoas por ali transitam? Que posições ocupa(m) em relação ao resto da cidade? Essas são algumas perguntas que guiam a escrita dessa parte, tendo destacadamente Milton Santos como referência. Trata-se de destacar lugares não apenas geoespaciais, mas históricos, culturais, existenciais e de afetos, pensados a partir das relações que os mantêm. Baseio-me em relatos de usuárias/os, trabalhadoras/es da rede socioassistencial, em uma experiência de visita domiciliar e na experiência de anos como uma pesquisadora que cresceu e mora nessa cidade.

Por fim, é no terceiro capítulo que se conhece com maior profundidade a cooperativa De Mãos Dadas enquanto um dos grupos mais autônomos do CRAS Canasvieiras, consistindo em uma das condições pelas quais as pessoas retornam e permanecem neste espaço ao menos quinzenalmente, também articulando uma rede de relações fora dali. O foco de análise é uma de suas oficinas de troca de conhecimento, uma oficina culinária de arepas venezuelanas, que mobilizou principalmente imigrantes latino-americanos e, a partir da farinha de milho, os sentidos são aguçados, lembranças revividas e relações de pertencimento, produzidas.

CAPÍTULO 1 - FÁBULAS E TÁTICAS DO CRAS CANASVIEIRAS: NO COTIDIANO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEUS POSSÍVEIS

1.1 "SE A GENTE NÃO MELHORAR A VIDA DAS PESSOAS QUE A GENTE ATENDE, NEM ADIANTA ATENDER [...] MAS NÃO TEM COMO ATENDER SEM ESTRUTURA": DO SUAS E SUAS RELAÇÕES

Após deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em dezembro de 2003, em Brasília, o então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), junto da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), elaborou e publicou a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), já em 2004; referência para quem trabalha na área em todo o território nacional. Esse feito seguiu as intenções acordadas no evento e possibilitou a construção coletiva do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (Brasil, 2004).

Regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é direito do/a cidadão/ã e dever do Estado na perspectiva da garantia de direitos, de condições dignas de vida e da universalização dos acessos desde a Constituição Federal de 1988, quando tomou forma de Seguridade Social em um tripé com a saúde e a previdência social (Brasil, 1993; Brasil, 2004). Assim, a proteção social é feita a partir da implementação e da manutenção de políticas públicas, garantindo a segurança de sobrevivência (de rendimento — garantia de que todos/as tenham condições financeiras de se manterem — e autonomia), de acolhida (garantindo direitos básicos fundamentais) e de convívio ou vivência familiar (agindo em barreiras relacionais e evitando rompimentos). O princípio da autonomia é essencial para a política e, principalmente, para os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), portas de entrada do SUAS e local sede deste estágio.

Diferentemente da saúde, que trabalha com sujeitos, o público alvo da assistência social são *famílias* e entende-se por família todos/as aqueles/as que moram juntos/as em um mesmo endereço. De caráter descentralizado e participativo, o SUAS tem eixos estruturantes e subsistemas, dentre os quais cabe aqui mencionar a Matricialidade Sociofamiliar, a descentralização político-administrativa e a Territorialização. Identifica-se a família enquanto núcleo mediador da relação entre sujeitos e coletividade, entre o público e o privado, e como

o primeiro modelo de relação comunitária, sendo a chave para a vida social e, portanto, para a assistência social e suas políticas de proteção (Brasil, 2004). A Matricialidade Sociofamiliar tem ênfase na prevenção, proteção, promoção e inclusão dos membros das famílias a partir da garantia de condições de sustentabilidade. Já o último eixo está alinhado com a descentralização dos três poderes executivos, compreendendo a alta densidade populacional e as diferenças entre regiões (Brasil, 2004). Sendo o país de grande extensão e diversidade, é preciso territorializar as intervenções, pois as características das famílias e pessoas atendidas mudam entre estados, municípios e grupos culturais.

O sistema está organizado em três níveis de complexidade, tal qual o SUS. Os CRAS são parte da Proteção Social Básica, que tem caráter preventivo para situações de risco através do desenvolvimento de potencialidades e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Tem como público alvo a

população que vive em vulnerabilidade social decorrente da pobreza, da privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos — relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outros). (Brasil, 2004, s/p).

Nesse sentido, suas intervenções acontecem pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para públicos específicos, crianças, adolescentes ou idosos/as. Ainda que qualquer membro da família ou da casa possa representar o grupo, esta unidade costuma atender majoritariamente mulheres.

Essa pesquisa não fará questões de gênero como foco de sua análise, mas cabe mencionar que há um vasto campo de estudo nesse sentido e que abarca relações encontradas em órgãos públicos como o CRAS. Uma hipótese plausível nesse caso é que geralmente cabe às mulheres resolverem eventuais problemas de suas famílias, considerando também que a maioria de mães que chegam no equipamento são mães solo, perfil característico das famílias brasileiras e que aponta para o machismo estrutural e, por efeito, para uma *feminização da pobreza*. Segundo Priscila Detoni, Paula Machado e Henrique Nardi (2018), a feminização é parte da performatividade de gênero que embasa o SUAS desde sua Política Nacional até as dinâmicas constituídas pelos serviços dos equipamentos e seus critérios de acesso e resguardo de direitos. Por um lado, isto parece ser uma elaboração sobre um conjunto complexo de relações já presentes nos hábitos e relações culturais dos territórios; por outro, acaba também por não só manter tal estrutura como produzi-la ao reproduzi-la. Além de mulheres, mães e

gestantes, há predominantemente pessoas perto ou já depois dos 60 anos de idade em busca do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e outros auxílios.

O segundo nível é a Média Complexidade que se insere na Proteção Social Especial, acionada quando a exclusão social induz situações de risco pessoal ou social, isto é, famílias ou sujeitos cujos direitos já foram violados, mas "cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos" (Brasil, 2004, p. 38). Fazem parte desse nível, com encaminhamentos a partir do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS): o serviço de orientação e apoio sociofamiliar; o Plantão Social; a Abordagem de Rua; o Cuidado no Domicílio; o Serviço de Habilitação e Reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência; e as medidas socioeducativas em meio-aberto (Prestação de Serviços à Comunidade - PSC e Liberdade Assistida - LA).

Já a Proteção Social Especial de Alta Complexidade busca garantir proteção integral, com moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido, para famílias e sujeitos em situação de ameaça. É quando os vínculos familiares e comunitários precisam, em último caso, ser desfeitos. São serviços deste nível: o Atendimento Integral Institucional; as Casas Lar; as Repúblicas; as Casas de Passagem; Albergues; Família Substituta; Família Acolhedora; Medidas Socioeducativas restritivas e privativas de liberdade (semiliberdade, internação provisória e sentenciada); e trabalho protegido.

Isso, e outras especificidades encontradas em documentos oficiais, faz-se importante para situar o campo desta pesquisa e alguns de seus termos usados cotidianamente. Entendo que todo campo tem um arcabouço de termos que nos esforçamos para identificar e os quais são necessários para compreender o contexto e suas relações e, nesse sentido, este não é diferente. Talvez a categoria mais usada aqui seja *equipamento*, que se refere não a materiais de um labor, como popularmente usado, mas aos espaços dentro de um sistema público que abarcam diversos serviços. Tratam-se das instituições às quais pertencem equipes multiprofissionais, regras de conduta e trabalho determinadas por leis e todo o contato com seus e suas usuárias. Chamam-se usuárias/os aquelas/es que fazem uso dos equipamentos públicos e seus serviços. Assim, os CRAS, os CREAS, os "postinhos" (legalmente conhecidos como Centros de Saúde ou Unidades Básicas de Saúde), dentre outros, são equipamentos públicos. A fala que estampa o subtítulo deste capítulo vem de um profissional do CRAS Canasvieiras e diz respeito a muitas chaves de análise possíveis, dentre as quais estão posturas e *artes de fazer* (Certeau, 1998) de trabalhadoras/es do SUAS, suas condições de trabalho e modos de ser dos sistemas públicos brasileiros. Em outras palavras, pode-se discutir: a "estrutura" histórica desses equipamentos e seus fazeres.

Prevenção e proteção são termos importantes para esse equipamento. Porém, apesar do caráter preventivo dos CRAS, o que se percebe é que os sujeitos atendidos muitas vezes já chegam com seus direitos violados e negligenciados. "O Estado é hoje quem mais viola nossos direitos" foi uma fala ouvida de um profissional em uma reunião de orientação sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC) a usuárias/os em 22 de setembro de 2022. A fala foi relevante para a compreensão de que os problemas que chegam, por mais que tenham suas particularidades, não são individuais. O público do CRAS trata-se, muitas vezes, de pessoas que dão cara e nome às estatísticas de desemprego, de fome, da crise de moradia⁶ em Florianópolis, e de violências várias.

Seja por preconceitos e discriminação contra pessoas negras, seja pela falta de documentação para identificação e cadastro de pessoas em situação de rua, ou mesmo pelo longo período de espera para atendimento, principalmente para pessoas de baixa renda que não conseguem ficar tanto tempo sem trabalhar. Desde o menino trans que não tem seu nome e pronome reconhecido à senhora guarani-mbya que enfrenta barreiras linguísticas e culturais. As/os trabalhadoras/es e usuárias/os do campo denunciam que o Estado falha, bem como nós enquanto sociedade articulada, na garantia de condições dignas de moradia, alimentação, saúde, educação, lazer, segurança, dentre outros.

O segundo semestre de 2022 foi caracterizado por um período eleitoral tenso, extremamente polarizado, cujo panorama político apontava para mais um momento de ascensão de um regime que age sob a égide da exclusão. O fascismo escancarado à brasileira foi responsável pelo aumento do descaso com uma população que clama por proteção e, em vez disso, elegeu um poder executivo que gozou da falta de ar daqueles/as morrendo com COVID-19, que retardou a compra de vacinas, que investiu no desmonte da educação e da saúde no país, dentre outras catástrofes⁷.

⁶Denomina-se popularmente "crise de moradia" em Florianópolis o fenômeno que deixa muitos/as habitantes sem casa para morar e muitos/as que as tem sob condições até insalubres e/ou cruéis: altíssimos preços de aluguel, controle do uso de luz e água pelo/a proprietário/a, lugares muito pequenos com pouca iluminação natural e muita umidade, regras restritivas a animais, crianças e visitas, dentre outros elementos. Como exemplos, há muitos locais em que os/as proprietários/as cobram uma taxa por visita recebida e restringem quem pode visitar, dependendo frequentemente do gênero da pessoa, principalmente no caso de mulheres residentes e homens visitantes.

⁷Sobre a desconsideração pelas pessoas com falta de ar, ver, por exemplo: <https://www.youtube.com/watch?v=VgmGRthgPq8>. Sobre o retardo na imunização com as vacinas contra o COVID-19, ver, por exemplo: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-12-30/atraso-do-brasil-em-comecar-vacinacao-contra-covid-19-estende-crise-e-retarda-retomada-da-economia.html>. Sobre os desmontes da educação e da saúde, ver, por exemplo: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2023/01/5062795-retrocesso-na-educacao-marca-o-fim-do-governo-bolsonaro-veja-problemas.html> e <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/4nFqGgLQ5wL5wHGjtJfntNS/#>.

A assistência social sofreu também com a insuficiência de verbas públicas e na proporção que seus e suas usuárias voltavam ao mapa da fome e da insegurança alimentar e eram empurrados/as a incessantes tentativas de precarização da vida. Em comparação com a saúde, essa área é muito mais desvalorizada em termos de investimentos públicos. Nesse contexto, o CRAS buscou ser o que tem se construído com políticas públicas, um órgão de Proteção Social Básica do SUAS, atuando na prevenção, no combate a desigualdades e na garantia de direitos. É em meio a esse panorama político, de um país ainda se recuperando de uma pandemia e tropeçando em políticas de morte e destruição, que a pesquisa teve início.

Em quase duas décadas desde a criação e implementação do SUAS, os órgãos públicos passaram por diversas mudanças e graves desmontes. O MDS, por exemplo, passou por um processo de fusão com o Ministério do Desenvolvimento Agrário em 2016, após o afastamento de Dilma Rousseff, em que o governo de Michel Temer reduziu o número de ministérios brasileiros buscando reduzir "gastos" do Poder Executivo (World Without Poverty, 2016). O termo entre aspas faz parte de uma complexidade discursiva que um usuário sintetizou em uma reunião de acolhimento de demandas no CRAS Canasvieiras em 2022: "'Gasto' é só com pobre, quando é com rico é 'investimento'".

Por sua vez, com uma Medida Provisória, o governo Bolsonaro a partir de 2018 extinguiu qualquer especificidade em relação ao antigo modelo, transformando o Ministério do Desenvolvimento Social, o Ministério da Cultura e o Ministério do Esporte em Ministério da Cidadania (Brasil, [s. d.]). Ao acessar o site do MDS em 2022, chegava-se imediatamente na atual Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, que pouco nos tem a oferecer a não ser um direcionamento para a página do Ministério da Cidadania, protagonizada por uma grande imagem do "novo" Auxílio Brasil, nome dado ao antigo Programa Bolsa Família, que prevê a assistência a famílias em situação de vulnerabilidade e que sofreu mudanças em seus critérios de aplicabilidade. Já em 2023, com a volta do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, (ver <https://www.gov.br/cidadania/pt-br>), o site mudou novamente, retomando o Bolsa Família. Isso será importante para a discussão de algumas práticas no CRAS adiante.

Em 2022, o CRAS Canasvieiras estava em um momento de retomada de atividades após dois anos de distanciamento social devido à pandemia de COVID-19, distanciamento que diz respeito à classe também, pois a maioria dos/as brasileiros/as não tiveram condições mínimas para se distanciar eficientemente por precisarem trabalhar fora de casa. O vírus sozinho não faz pandemia. Mais do que pensar o agente patógeno, discussão cara às ciências naturais, nos cabe problematizar as estruturas que o intensificam e distribuem desigualmente. Assim, soma-se à potencialização do contágio em massa as sucessivas contrarreformas

previdenciárias, o desemprego, as ações tardias contra contaminação e mesmo ações que contribuíram ativamente para tornar o Brasil o epicentro global de COVID-19⁸, como cortes orçamentários na saúde, na educação, na cultura e, claro, na assistência social (Granemann, 2021; Braga, 2022).

Nesse cenário, o CRAS Canasvieiras passou por dois anos cujas atividades voltavam-se predominantemente para a entrega de cestas básicas sem critérios elaborados, devido à situação de calamidade pública. Isso preocupou as/os trabalhadoras/es do SUAS de um retorno a lógicas assistencialistas e caritativas, algo que as diretrizes da Política Nacional se opõem. Com tamanha demanda, foi preciso criar um robô chat, um atendimento automatizado para atender no WhatsApp os primeiros contatos e fazer as devidas orientações. O desmonte do PAIF dificultava o trabalho e a gestão da unidade, mas com o robô apelidado de “Crasete” foi possível retomar os atendimentos a lentos passos. Atualmente, a fila de espera para atendimentos continua grande, mas está se dissolvendo no máximo ritmo possível com a implementação de grupos de acolhimento para adiantar demandas dos/as usuários/as e seus devidos encaminhamentos.

Diante disso, no período da pesquisa, ouvi de um profissional do SUAS que trabalha na Passarela da Cidadania, em Florianópolis (SC), que, ao se trabalhar com políticas públicas, "fazemos o que podemos com o que dá". Diante dessas "estruturas" e condições de trabalho, do que "dá" e do que se tem, as equipes reduzidas fazem o que conseguem para atender as famílias. Para isso, não estamos falando de bondade e "boa vontade", há métodos bem consolidados, protocolos e práticas que possibilitam a essas pessoas trabalharem identificarem potências a serem desenvolvidas. Na assistência social, e mais especificamente na Proteção Social Básica, isso acontece pelo fortalecimento de vínculos familiares e comunitários em diversos serviços. Cada equipamento se adapta conforme o território onde estão inseridos, falarei mais aprofundadamente dos serviços e ações encontrados em meu campo.

1.2 *"DEIXA EU TE CONTAR UMA HISTÓRIA" OU "MATANDO O MARIDO": DO CRAS CANASVIEIRAS E SUAS PRÁTICAS COTIDIANAS*

Era setembro de 2022 e já tinha escutado tantas histórias quanto conseguia ouvir. Histórias não contadas, não ecoadas amplamente na cidade. Meu diário de campo indica a

⁸Ver

<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/alto-numero-de-casos-no-brasil-levou-america-latina-a-ser-epicentro-da-pan-demia/>.

revolta e tristeza que senti em uma das primeiras reuniões de rede que acompanhei. Chama-se "reunião de rede" o encontro entre representantes de diferentes equipamentos da rede socioassistencial, isto é, órgãos cadastrados no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de cada município, podendo envolver também representantes de outros sistemas, como saúde e educação. A *articulação em rede* torna-se imprescindível para a efetivação de políticas públicas nos diferentes territórios, pois é só conhecendo esses lugares e suas relações que se consegue pensar saídas possíveis para problemas coletivos.

Retomando os sentires, era como se tivesse adentrado outro universo na mesma cidade em que sempre vivi. No dia primeiro de setembro, a reunião aconteceu no CRAS Canasvieiras e um caso emblemático estava sendo discutido para pensar alternativas possíveis. Tratava-se de uma mulher cubana, uma mãe que teve a matrícula de seus filhos negada pelas escolas devido à falta de documentos válidos. Ela tinha uma "dificuldade auditiva" (nas palavras da assistente social) e com a língua portuguesa, o que afetava ainda mais a situação e as barreiras do lugar ao qual migrou. Havia outros empecilhos ainda para conseguir os tais documentos, pois a tradução juramentada não está entre as competências legais dos consulados ou outras instituições públicas, estando sob responsabilidade de cada cidadã(o). Seguindo essa lógica, o país que as/os recebe é isentado e imigrantes que não conseguem pagar a tradução não conseguem validar o histórico escolar de suas crianças.

"Essa mulher com condição séria de saúde sendo negligenciada em todos os lugares [...] e aí chega uma demanda que não é nossa!", disse a profissional ao comentar indignada sobre o caso que caiu em suas mãos e que não estava conseguindo "dar conta" — e que não deveria precisar pois, segundo ela, outros órgãos deveriam se responsabilizar pela demanda. Em vez disso, há um movimento aparentemente frequente entre equipamentos de diferentes setores nas cidades e estados. *"Manda pro CRAS"*, dizem outros serviços e autoridades diante de dificuldades, conforme relatos de profissionais. Não é incomum muitas unidades estarem sobrecarregadas de demandas que por vezes sequer caberiam a este equipamento responder. Aliás, costuma ser uma queixa frequente em reuniões com a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) de Florianópolis.

Nesse sentido, a impressão de quem também acompanhou atendimentos do Cadastro Único (Cad. Único), acolhimentos e procuras à recepção do equipamento é a de que a porta de entrada do SUAS se torna depósito de problemas ou pior, no imaginário popular, depósito de gente. Essa parece ser uma expectativa construída entre brasileiras/os sobre a assistência social, como lugar burocratizado de miséria e de auxílios. *"Se eu fosse prefeito, passaria um trator de esteira por cima das favelas"*, outra profissional relata ter ouvido de uma das

autoridades em audiência pública, no intuito de resolver problemas da cidade de Florianópolis. Isso anuncia um lugar comum na cultura brasileira, onde a favela se torna signo de insignificância. Abrigo de *gente nunca sonhada, gente imaginada com muita raça, mas com sua força e gana*⁹ ignoradas. Os CRAS tornam-se continuidade nesse imaginário como braços do Estado que devem lidar com o que não se quer ver e saber ou quem não se quer ver e saber. Apesar disso, muitas/os profissionais da rede fazem o que podem para atender famílias, perceptível em outra fala da mesma assistente social ainda em primeiro de setembro: "eu vou morrer com isso, com essa família, que decepção".

No segundo semestre de 2022, a equipe multidisciplinar do CRAS Canasvieiras era composta por: um psicólogo, também coordenador da unidade; uma psicóloga que atua como técnica de referência no PAIF e no Cadastro Único; três (3) assistentes sociais e técnicas de referência; um motorista, principalmente para visitas domiciliares; uma faxineira; um homem e duas (2) mulheres em cargos administrativos e/ou na recepção, ambas as mulheres são educadoras sociais; e, temporariamente, sete (7) estagiárias/os — cinco (5) vinculadas à psicologia, sendo três (3) da Faculdade CESUSC e duas (2) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), uma destas atuante no Cadastro Único de forma remunerada; e uma na recepção, outro no Cad., ambos vinculados ao curso de administração da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e exercendo também funções administrativas. Todas/os brancas/os, exceto dois estagiários. Diz-se "técnicas de referência" a quem faz atendimentos e acompanhamentos no PAIF, em que cada usuária/o tem um(a) profissional designado/a para acompanhar seu caso. O quadro de trabalhadoras/es não mudou muito para o primeiro semestre de 2023, com exceção da rotatividade de estagiárias/os e de afastamentos por questões de saúde, seja esta mental, seja integral.

Como mencionado anteriormente, minha entrada em campo acontece a partir de uma experiência de estágio e isso culmina em uma posição privilegiada para uma também aspirante a antropóloga, pois as relações de vínculo com interlocutoras/es são facilitadas. Ao mesmo tempo, isso possibilitou uma imersão semanal no campo e um acompanhamento próximo dos serviços, pessoas e relações daqueles espaços, muitas vezes experimentando esses trabalhos e práticas com o próprio corpo e todos os seus sentidos em vez de me ater a uma observação distanciada. Portanto, passei por todos os serviços oferecidos, de uma forma ou de outra.

Assim como outros CRAS, os serviços estão vinculados a três pilares de atuação: o Cadastro Único (Cad. Único), o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)

⁹Referência à música "Maria, Maria", de Milton Nascimento.

e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). A criação e recorrentes atualizações, no máximo a cada dois anos ou quando ocorre alguma mudança no perfil da família, do Cad. Único é o que possibilita à população o acesso aos benefícios disponíveis. Estes podem ser de transferência de renda, tais como o Auxílio Brasil/Bolsa Família e o BPC, isenções ou Benefícios Eventuais. O último citado abarca a Passagem Interestadual para retorno à cidade de origem e auxílios para natalidade, funeral ou alimentação, disponível apenas em situações emergenciais ou de calamidade pública (Brasil, 1993). Há também isenção de taxa de concursos públicos, tarifa social de energia elétrica, Identidade Jovem (Id. Jovem) e a Carteira Interestadual para Idosos/as, maiores de 60 anos.

Já o PAIF é composto por ações coletivas e comunitárias e serviços de prestação continuada, tais como atendimentos individualizados, grupos temáticos e oficinas, objetivando a prevenção do rompimento de vínculos familiares e violências nas relações e a garantia de direitos (Brasil, 1993). De agosto a dezembro de 2022, o CRAS Canasvieiras contava com quatro grupos temáticos: o acolhimento de orientações sobre o BPC; o Chá¹⁰ de Direitos, voltado ao fortalecimento da rede de apoio de mães e gestantes do território; a cooperativa De Mãos Dadas, para alternativas de trabalho e geração de renda; e a horta comunitária, localizada ao lado do Centro de Saúde de Canasvieiras. Já no primeiro semestre de 2023, os grupos do BPC e da horta foram suspensos por baixa frequência ou reorganização dos atendimentos do equipamento.

Com o tempo, a posição de estagiária me levou a perceber certas *práticas cotidianas*, nos termos de Michel de Certeau, que não são tipificadas em lei, mas que são igualmente importantes às dinâmicas sociais e parecem estar impregnadas no trabalho de profissionais e nas relações de usuáries/os com o CRAS Canasvieiras. Para ele, são exemplos de práticas: ler, falar, caminhar, habitar, cozinhar, dentre outros, que dão nome a maneiras de pensar investidas em maneiras de fazer (Certeau, 1998, p. 42). Dessa forma, a prática é pensada enquanto se faz e são *artes de fazer*, compreendendo as dimensões ética e estética de tais artesanias.

Assim como o autor, interessei-me pelas "operações dos usuáries" (Certeau, 1998, p. 37), apesar de ele não estar se referindo às e aos mesmos sujeitos com a mesma palavra. Neste subtítulo, entretanto, ela diz respeito também às/aos profissionais do CRAS e suas relações. Os/as usuáries/as, para ele, tratam-se de consumidores/as em um sistema cultural, do qual

¹⁰A palavra "chá" aqui expressa uma ambiguidade, por um lado em referência ao "chá de bebê" ou "chá de fraldas", considerando o público-alvo participante do grupo, e por outro lado como sigla referente a Competências, Habilidades e Atitudes a serem desenvolvidas coletivamente nos encontros.

aprendem e para o qual contribuem com diferentes modos de fazer. São os "fracos" para aqueles que detém o poder, mas cujas forças e técnicas com as quais (sobre)vivem ao mundo, inventando-o ao mesmo tempo, nos interessam. Estes podem ser identificados em relações sociais de um cotidiano que "se inventa com mil maneiras de *caça não autorizada*", *maneiras de fazer* (Certeau, 1998, p. 38).

Em uma conversa crítica com Foucault, Michel de Certeau (1998) intriga-se com a "atividade de formigas", em descobrir que procedimentos, bases e possibilidades constituem a produção criativa e poética, de certa forma escondida, que potencializa uma sociedade inteira a não se reduzir à rede da vigilância, ao poder disciplinar e às forças repressivas de instituições. São "operações quase microbianas", táticas que fazem o cotidiano e que nele tem a base de sua feitura. Retomo então o CRAS Canasvieiras em seus trejeitos e ações que cativaram minha atenção microscópica. E apresentá-lo-ei começando um pouco mais pelo meio.

No dia 20 de outubro de 2022, acompanhei pela primeira vez o processo de registro no Cad. Único. De um lado, uma estagiária atrás de um computador de mesa trabalhando como cadastradora, de outro, um senhor negro de 62 anos. Eu estava ao lado dela, os três sentados. Minha presença não parece incomodar ou causar qualquer estranheza. A moça preenche respostas em um sistema próprio para isso enquanto ele responde e a conversa não é tão robótica quanto possa se imaginar, há humor. Essa foi uma das primeiras impressões do início ao fim do campo, há um humor leve presente naquele lugar entre a equipe profissional, em conversas com usuárias/os e estas/es por vezes também entram pela porta de vidro já dessa forma.

Seguindo, o senhor conta muita história. O cadastro exige um enredo robusto. Contou que já teve dois Acidentes Vasculares Cerebrais (AVCs) e agora tem sequelas que o impossibilitam de trabalhar. Conta que estudou até a 4ª série e que agora é sustentado pela aposentadoria da esposa. "O caminhão de lixo passa na sua rua?", pergunta ela. Noto que o tal cadastro já estabelece perguntas pontuais para avaliar as condições de vida das pessoas que o procuram. Nesse momento, ele começa a chorar e soluçar. Ela, surpresa, pergunta se ele gostaria de um copo d'água, falando para se acalmar e que não precisava fazer o Cad. com pressa. Perguntou também se ele gostaria de terminar outro dia. Em seguida, chega o coordenador e orientador de estágio para assumir o cadastro, após ser avisado por outra profissional que por ali passava. Se ela não tivesse oferecido a água, eu provavelmente teria, pois fui orientada a fazer pela psicóloga que era minha supervisora de estágio na época. "Fiquem atentas, às vezes as pessoas estão muito fragilizadas e não vão se abrir a um 'como

você tá?', que pode ser até invasivo. Às vezes 'quer um copo d'água?' e um olhar atencioso fazem muito mais em termos de acolhimento".

O copo d'água não parece ser exclusivo de assistentes sociais, mas comum a pessoas para quem o acolhimento é parte constitutiva de seu trabalho. Eis um primeiro *modo de fazer* que forma aquele ambiente e suas relações. Mais frequente ainda é outra operação, a de constantemente e quase sempre conhecer as pessoas atendidas por seus nomes. E, como é de se imaginar, são muitas. Mesmo com alta demanda, sobrecarga de trabalho, o nome das/os usuárias/os vem antes de sua situação. E, quando não lembram, a identificação parece acontecer por território. Isto é, em uma conversa qualquer na copa ou em alguma reunião, ouviríamos algo como:

— A dona Marlene machucou a perna e não tá conseguindo acompanhar o filho na escola e eu já avisei ela pra tomar cuidado com a frequência escolar porque ela recebe Bolsa Família, mas o que que eu vou fazer?

— Quem é a Marlene mesmo?

— A da rua das Goiabeiras.

E se mesmo assim a memória não cooperasse:

— ...

— Atrás do mercadinho do Seu José, na esquina com a [...]

— Ah sim, sim, claro.

Se quisesse tornar menos fictício, poderia trocar a rua das Goiabeiras pela "Braulina Machado", a emblemática servidão de becos quase infundáveis e não mapeados com casas sem número. Grande parte das/os usuárias/os conhecidas/os no período da pesquisa, principalmente nas enchentes de 2022, que culminaram no decreto de calamidade pública em Florianópolis, moram lá. Voltaremos a ela mais tarde. O que podemos chamar de *encruzilhada* entre nomes, lugares e histórias nos levam a outra prática comum neste equipamento: as fabulações e *confabulações* (Cardoso, 2013).

Aproximando a leitura de antropólogas que pensam a contação de histórias e causos como *performance* (Hartmann, 2014; Cardoso, 2013), podemos dançar o campo com uma prática também reconhecida por de Certeau (1998): o narrar. Partindo de uma perspectiva mais cultural do que artística, "pensar como performance" significa compreender aspectos do comportamento, formas de falar e se comportar corporalmente em práticas estéticas, situando "atores sociais no tempo e no espaço" (Hartmann, 2014, p. 4). Significa também não se restringir a uma efemeridade extraordinária, mas entender que narrativas constroem imagens constitutivas de realidade, de percepção de mundo, de sentidos e significados (Cardoso,

2013). Isto é, essas imagens produzidas não se tratam de mera representação, tratam-se de uma forma, uma maneira de constituição do real através do narrar.

Como perceptível até este ponto, a prática de narrar está presente a todo instante no CRAS Canasvieiras, o que me faz pensar na imensa potência de vida presente ao atentar àquele lugar e àquelas pessoas, justamente pela força poética de seus contares. É o que permitiu acessar uma socialidade¹¹ emaranhada em memórias, atos e estórias, nos termos de Vânia Cardoso (2013). Apesar de estar em um contexto muito diferente — dos terreiros, pretos velhos e filhos de santo cariocas —, a autora nos oferece generosas palavras para pensar as confabulações:

Compreender o modo como esse contar de estórias não apenas descreve o mundo, mas produz novas formas de conhecimento acerca do mundo é o que me leva a pensar nestas performances narrativas como confabulações. Isso significa pensá-las como práticas narrativas que configuram um mundo vivenciado pelos sujeitos e que dão forma a um imaginário que afeta o cotidiano, produzindo práticas e sentimentos acerca do mundo. [...] Se, como nos diz Karen Barber (2007), não existe um discurso ordinário cotidiano que seja neutro, que flui uniformemente e do qual se destacaria o realmente ou extraordinariamente poético, podemos então certamente falar de uma poética da “fala comum”. (Cardoso, 2013, p. 56)

Se as práticas narrativas do fabular produzem mundos e noções do real, é no confabular tal como proposto pela antropóloga que percebemos mais intensamente o coletivo e um fazer compartilhado na imparável feitura do cotidiano. É também na confabulação de usuárias/os (famílias, senhoras, meninas) e trabalhadoras/es do equipamento que mais percebi atos de resistência diversos a condições de vida bambas que exigem equilibrismos.

Adentramos outra dimensão no campo e na teoria de Certeau (1998), as táticas e estratégias, as quais encontram na mentira sua protagonista. "A gente sabe que tem gente que mente, uma daí hoje já matou o marido", me ensinava a estagiária e cadastradora em setembro de 2022, ao que eu respondi abismada e sem controle um "que?". Ela explica: "a gente diz aqui no CRAS, quando a mulher tira o marido do Cad. pra tentar receber mais auxílio, mas

¹¹Estou usando o conceito de "socialidade" ao longo da monografia tal como propõe Marilyn Strathern (2014; Strathern, 1999), enquanto "matriz relacional que constitui a vida das pessoas" (Strathern, 2014, p. 236) e inerente à noção de pessoa. Isso pressupõe compreender *sociedade* não enquanto coisa ou entidade externa da qual indivíduos são membros, ou como presa a um passado que se arrasta até um agora. Pelo contrário, apesar de argumentar sobre a obsolescência do conceito, que se deteriorou historicamente para uma falsa dicotomia (sociedade-indivíduo), baseada em Leach, a autora afirma sociedade enquanto relação e maneira de organizar a experiência, sendo as práticas sociais um meio do comportamento humano, portanto indissociáveis a ele e se refazendo a todo momento. Ademais, com *socialidade*, podemos pensar não apenas as relações entre pessoas, mas também entre seres, objetos e equipamentos públicos do Estado, por exemplo, considerando que esse termo não precisa necessariamente abarcar uma experiência de empatia ou solidariedade. Trata-se de pensar a dimensão relacional de diferentes maneiras, respeitando sua complexidade, inclusive quando imbricadas em relações de poder.

não tem o que fazer". Como abordado anteriormente, 2022 ainda mantinha o "Auxílio Brasil" com a promessa de aumentar o valor do benefício de transferência de renda para as famílias. A renda mudou de fato, entretanto, também mudaram seus critérios. Se o Bolsa Família fazia um cálculo por residência na proporção de seus habitantes, com diferenças entre crianças e adultas/os, o Auxílio Brasil mantinha um valor fixo por residência. Ademais, sempre se soma a renda de todo mundo que mora em um mesmo endereço para avaliar se a família está de acordo com o critério para receber o benefício.

Assim, "matar o marido" começou a ser tão corriqueiro quanto os problemas de escoamento das vias públicas na ilha de Florianópolis, a ponto de se criar o jargão entre profissionais do CRAS. O que mais acontecia eram mulheres, mães de família, atualizando seu Cad. Único pois havia ocorrido uma separação e seus maridos não moravam mais na mesma casa. O marido, por sua vez, atualizava seu cadastro com outro endereço. Assim, ambos poderiam solicitar o benefício, já que agora pertenciam a famílias diferentes, e facilitar as despesas. A notícia corria rápido, e os acontecimentos mais ainda, ao ouvir de uma importante liderança comunitária da Vargem Grande em uma reunião da cooperativa que "o Auxílio Brasil acabou com o oeste, as famílias se desmontam para receber mais, agora não faz mais sentido, é só politicagem". Ela mora na Vargem há anos e veio do oeste catarinense, onde ainda tem parentes.

Por um lado, se esses/as profissionais sabem das mentiras, tornam-se cúmplices? Há muito a se considerar. Primeiramente, pode ser interessante compreender que a mentira chega ao saber pelos mecanismos da *confabulação*. Em segundo lugar, o Cad. Único baseia-se na entrevista inicial e no relato das/os usuárias/os. Registra-se o que lhes é contado. Há profissionais que sempre aconselham os sujeitos a não mentir, pois os bancos de dados do governo fazem um cruzamento e "descobrem tudo". Se há inconsistência entre as informações e pessoas, o benefício é cortado.

Por outro lado, pode-se pensar a mentira enquanto tática do cotidiano dessas pessoas. Para de Certeau (1998), as táticas são esquemas de operação sempre em improviso, são inventivas e jogam como respostas não recíprocas às estratégias. Tratam-se de "artes de dar golpes, astúcias de 'caçadores' [...] tanto poéticos quanto bélicos" (Certeau, 1998, p. 47). É também não tão escondido assim, observadoras/es atentas/os de fora desses equipamentos sabem que não é possível viver em Florianópolis respeitando os critérios de renda dos benefícios e, ao mesmo tempo, falando a verdade. Sabem que os aluguéis são exorbitantes e que não há trabalho remunerado para todo mundo. São muitas as vidas equilibristas em bicos,

empregos temporários, ou mesmo mais de um emprego fixo. Sobre essas técnicas com as quais famílias enfrentam e fazem o cotidiano, o autor diz:

“Essas táticas manifestam igualmente a que ponto a inteligência é indissociável dos combates e dos prazeres cotidianos que articula, ao passo que as estratégias escondem sob cálculos objetivos a sua relação com o poder que os sustenta, guardado pelo lugar próprio ou pela instituição.” (Certeau, 1998, p. 47)

Se as estratégias postulam lugares ditos "próprios", embasando "uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta" (Certeau, 1998, p. 46), como a nacionalidade política, econômica ou científica, o CRAS pode ser lido como um lugar imbricado em estratégias. Essas ações de poder, entretanto, talvez não sejam assim tão óbvias, pois há uma trama complexa entre estratégias, enquanto órgão governamental e política pública, e táticas, enquanto espaço feito por pessoas de muitas formas e operações, que também jogam nas brechas do poder. Nesse sentido, servidoras/es públicas/os estão em um lugar emaranhado interessante.

As estratégias, afirma de Certeau, são

ações que, graças ao postulado de um lugar de poder (a propriedade de um próprio), elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes), capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem. (Certeau, 1998, p. 102)

Parte dos discursos totalizantes desse campo foram apresentados neste capítulo, seja na legislação que embasa o equipamento, seja nos protocolos e burocracias, seja ainda nas expectativas construídas sobre o CRAS, o SUAS e suas e seus usuários. São discursos institucionalizados como certezas, sendo "legítimo definir o *poder do saber* por essa capacidade de transformar as incertezas da história em espaços legíveis" (Certeau, 1998, p. 100).

Ainda assim, esta é uma política pública que aposta no coletivo, parte do Estado que encontra importantes forças opositoras a muitas outras no jogo social. E talvez o que mais chame atenção aqui seja pensar que as táticas são desenvolvidas naquele mesmo espaço "próprio" tanto por quem precisa de seus serviços como por quem faz esses serviços. Trata-se de um lugar ambíguo dessas/es que são trabalhadoras/es do Estado, que seguem (ou obedecem) as políticas públicas mas também são elas e eles que as constroem e mantêm no cotidiano. Ao mesmo tempo, cooperam e se articulam com usuárias/os em demandas e mobilizações políticas. É território ambíguo, mexido, contraditório.

CAPÍTULO 2 - DOS BAIRROS, LUGARES E TERRITÓRIOS COTIDIANOS DE FLORIANÓPOLIS

2.1 "*TÁ MUITO PESADO VIVER AQUI*": COMO SE (DES)ORGANIZA UMA CIDADE?

A cidade de Florianópolis é popularmente conhecida Brasil afora (e até internacionalmente) por suas paisagens exuberantes e como destino paradisíaco para férias, nas quais muitas pessoas decidem não voltar a seu estado ou país de origem após primeiros contatos com a tranquilidade, em termos de segurança pública que persiste no município em relação a outras regiões do país. Outro fenômeno comum há décadas e ainda frequente consiste em movimentos migratórios não apenas para Florianópolis, mas para o sul, em busca de melhores condições de vida e empregabilidade, tal qual mobiliza o imaginário popular. Este último é constante no caso de imigrantes e refugiados/as, muitos dos quais são latino-americanos/as e entram pelo norte do Brasil, "descendo" na esperança de que esse imaginário seja verdade.

Se é ou não talvez dependa de cada área de trabalho, mas o fato é que o desemprego é crescente e se alia à crise de moradia na cidade, em grande parte devido à especulação imobiliária¹², afetando a dieta alimentar e outros aspectos fundamentais da vida da população e da paisagem em questão. Nesse sentido, o campo da pesquisa permitiu produzir a hipótese de que, apesar de haver uma diversidade de nacionalidades migrantes no município, junto de haitianos/as¹³, latino-americanos/as compõem o público imigrante em maior situação de vulnerabilidade social, ao menos no Norte da Ilha, considerando a maioria do público atendido pela assistência social, o que já denotaria a organização política e distribuição de desigualdades globais. Mais recentemente, tem-se observado um intenso movimento de venezuelanos/as relatando dificuldades devido à crise política e econômica que assola seu país. São estes e estas que atualmente compõem a maioria dos/as imigrantes atendidos pelo CRAS Canasvieiras e muitos/as dos/as integrantes da cooperativa de trabalho De Mãos Dadas.

O bairro Canasvieiras é localizado no Norte da Ilha de Florianópolis (SC) e há décadas vem sendo transformado, do que antes poderia-se considerar uma comunidade pesqueira em

¹²Ver, por exemplo, a reportagem: <https://ndmais.com.br/economia/area-rural-fantasma-aponta-para-especulacao-no-sul-da-ilha/>; e a dissertação de Arieli Schons (2019): <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/215055/>.

¹³De acordo com a reportagem: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/sc-tem-mais-de-57-mil-imigrantes-de-85-nacionalidades-diferentes>.

balneário (Lago, 1983). Em 2022 e 2023, período da pesquisa, trata-se de uma região superpopulosa e, junto a outros bairros no Norte da Ilha, abrigo destacado de migrantes e imigrantes, principalmente latino-americanos/as. É também área de visível riqueza, um dos “chamarizes” turísticos da cidade, em contraposição a desigualdades brutais e invisibilizadas que concomitantemente abarca.

Região curiosa esta que chamam de norte, que abarca condomínios de luxo, elitismos, um bairro inteiro com sistema de abastecimento de água próprio e restrição de acesso por transporte público e, ao mesmo tempo, um crescimento populacional inesperadamente rápido, áreas de risco com inundações frequentes e deslizamentos, um enorme déficit de vagas em escolas, o que, por sua vez, impede famílias ao acesso e manutenção de benefícios que dependem da frequência escolar em dia de suas crianças. Lugar onde estrangeiros, *gringos*¹⁴ e famosos/as passam o *réveillon* e férias e onde imigrantes, destacadamente latino-americanos e caribenhos, fazem sua vida o ano todo.

Pólo de tecnologia, buscando mão de obra qualificada, enquanto muitas/os se equilibram em dois ou três empregos de baixíssima remuneração e se veem obrigadas/os a mentir ao governo pois não se vive em Florianópolis respeitando os critérios de renda estipulados pelas políticas públicas de assistência social. Lugar de luta, de articulação política, de especulação imobiliária e despejo, de casas enormes sem cercas e portões em um canto e noutro de servidões sem nome e casas sem número, de aluguéis que proíbem bichos e às vezes até crianças e permitem visitas somente com taxas. De *studios* novinhos em condomínios com sala de cinema e até mercado dentro a *kitnets* escondidas do sol e acabadas pela umidade a, no mínimo, 600 reais mensais.

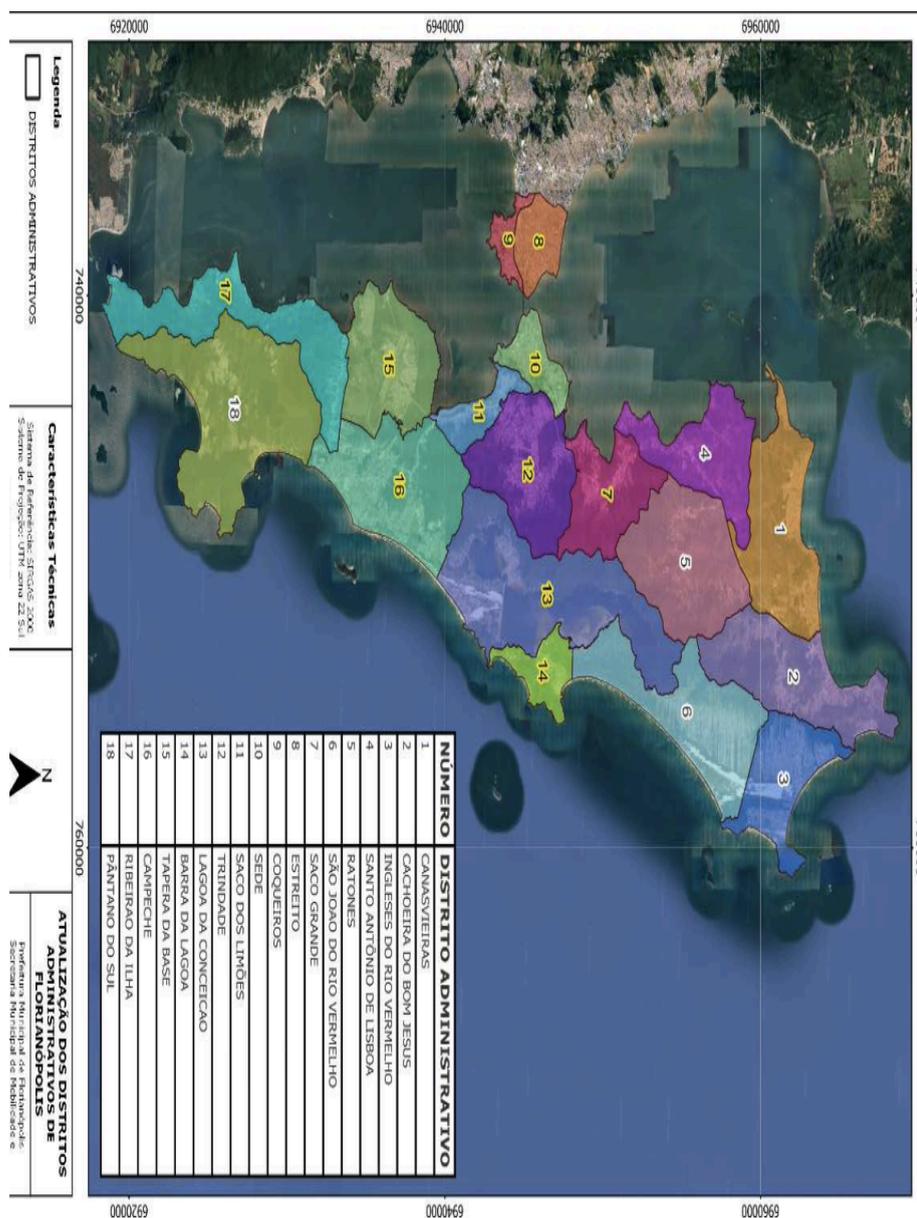
Em termos legais, a prefeitura divide a cidade em cinco (5) regiões, dezoito (18) distritos, segundo o mapa do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) de 2022 no último Plano Diretor aprovado¹⁵, e 52 bairros, de acordo com reportagem do ND Mais¹⁶. Apesar da qualidade de imagem reduzida, pode-se conferir a classificação atual de distritos da cidade:

¹⁴Expressão da língua portuguesa brasileira coloquial e cotidiana, comumente utilizada para designar pessoas estrangeiras, principalmente turistas e imigrantes de países de fora da América Latina.

¹⁵Disponível em: <https://redeplanejamento.pmf.sc.gov.br/planodiretor/D05%20-%20Divis%C3%A3o%20Administrativa%20Distritos.pdf>.

¹⁶Segundo reportagem do ND Mais: <https://ndmais.com.br/economia/area-rural-fantasma-aponta-para-especulacao-no-sul-da-ilha/>.

Figura 1: Mapa de Florianópolis com divisão administrativa por distritos



Fonte: IPUF, [s. d.]

Essa busca pela divisão geopolítica e institucionalizada da cidade acabou por produzir outros dados interessantes à pesquisa como um todo e àquilo ouvido-conhecido em campo. A começar pelo imenso e frustrado esforço de encontrar um documento oficial com os bairros de Florianópolis. Os documentos que fazem referência aos bairros misturam outras denominações, o que permite pensar que a noção de bairro não é tão exata e estatizada assim. Um exemplo consiste nas subdivisões de bairros, dentro de cada distrito, encontradas em um documento do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, s.d.), como "Ingleses Norte" e "Ingleses Centro" ou "Campeche Leste" e "Campeche Sul".

Neste documento, mais antigo, há 13 distritos e é ele, junto de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que embasa o Plano Municipal de Assistência Social para os anos de 2022 a 2025 (Florianópolis, 2022), culminando em nosso segundo exemplo. Aqui, os bairros estão junto a "comunidades" para formar as áreas de abrangência de cada CRAS, isto é, os territórios que são atendidos em cada unidade, totalizando 130. Já os Correios nos mostram 53 bairros¹⁷, o Encontro Santa Catarina, 52¹⁸, e a Wikipédia manifesta 85, os três sem fontes ativas de referência. Por que é isso importante? O que nos interessa? Primeiramente, a divisão geopolítica de uma cidade diz muito sobre suas prioridades, desigualdades e relações históricas de dominação. Em segundo lugar, interessa-nos perceber os critérios de seleção, visibilidade e legitimidade para nomear bairros e territórios em Florianópolis, pois isso se relaciona ao CRAS Canasvieiras de diferentes formas e se faz presente em seus fluxos, situações e relações todos os dias e o dia todo.

Ainda que tais fronteiras sejam relacional e materialmente nebulosas, sabe-se que, no sul da ilha, a Tapera é um bairro e o Morro do Peralta não é. Do mesmo modo, no norte, sabe-se que a Cachoeira do Bom Jesus é bairro, mas a Vila União não é. Sabe-se que o bairro Ingleses tem crescido muito e está praticamente do tamanho de uma cidade pequena, mas Capivari de Baixo nunca se ouve falar. É sabido, mas quem sabe? Quem nunca ouviu falar no Rio Papaquara, um dos territórios com maior número de atendidos/as no CRAS Canasvieiras? Quem mora lá naquela terra tão distante das propagandas de turismo de Florianópolis? Provavelmente adentraríamos o mesmo caminho pelo qual, ao pesquisar no *Google* "Lagoa da Conceição", encontramos muita água, pousadas e dicas de passeio, enquanto "Morro do Quilombo" sugere uma montagem de linhas de ônibus, carros de polícia e pesquisas da UFSC.

Isso nos leva a pensar, dentre outros elementos, uma *divisão racial do espaço* na produção da cidade, culminando no que Alves (2011, p. 117) identifica como uma *simbiose violência, raça e classe*, e, portanto, em como e onde estão organizados os CRAS, quem são suas e seus trabalhadoras/es e quem atendem. Explorando essa simbiose na produção de "territórios de violência e de oportunidades" na cidade de São Paulo, Alves (2011, 129-130) mostra como formas de violência institucional – desde a segregação territorial aos homicídios em massa de jovens negros, à violência policial e à deficiente distribuição de serviços de saúde – constitui uma necropolítica racial, dialogando com Achille Mbembe, que pode ajudar a compreender a dinâmica de outras cidades também. Nesse sentido, afirma que "a favela aparece como um dos aspectos centrais da economia da violência: ela ambienta suas

¹⁷Disponível em: <https://correioscep.com/florianopolis-sc>.

¹⁸Disponível em: <https://www.encontrasantacatarina.com.br/mapas/mapa-bairros-de-florianopolis.htm>.

principais narrativas e é imaginada-constituída em tais encontros letais" (Alves, 2011, p. 130). Mais do que isso, incluiria outros nomes muito ouvidos e repetidos em Florianópolis, comunidades, morros e vilas, emaranhados em vulnerabilidades diversas a partir de um Estado que mata por fazer morrer e por deixar morrer.

Apesar de divergências teóricas e pertencimentos epistêmicos que apontam para discussões incessantes sobre os termos como "espaço", "lugar" e "território"¹⁹, o intuito aqui não é se aprofundar nesse debate e, em vez disso, "botar pra conversar" conceitos que ajudam a compreender um tanto sobre essas múltiplas práticas e o cotidiano que protagonizam a pesquisa. E embora importem as formas de nomeação, nomear e escancarar outros fenômenos e modos de existir das/os interlocutoras/es parece mais interessante aqui. Assim, na década de 1980, Lélia Gonzalez já apontava para uma organização desigual das cidades brasileiras que lhe causava estranhamento:

Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães de mato, capangas etc., até à polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado até aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos "habitacionais" [...] dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço [...] No caso do grupo dominado o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. Além disso, aqui também se tem a presença policial; só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar. É por aí que se entende porque o outro lugar natural do negro sejam as prisões. A sistemática repressão policial, dado o seu caráter racista, tem por objetivo próximo a instauração da submissão psicológica através do medo. (Gonzalez, 2019, p. 87-88)

Medo. Há uma concordância imprescindível no pensamento de Alves (2011): sendo o espaço urbano sede de disputas políticas e econômicas, a produção racial dos territórios ajuda a explicar a "produção espacial/racial do medo" pela:

produção material (por meio das intervenções estatais de eliminação seletiva de moradores e das políticas habitacionais desastrosas) e simbólica (na produção acadêmica, nos discursos da classe média, nas narrativas midiáticas da violência) da favela. (Alves, 2011, p. 115)

¹⁹ Muitos e muitas autoras se propõem a fazer essa discussão conceitual-categórica nas ciências humanas e sociais, incluindo Michel de Certeau (1998) e Milton Santos (1996), além de Manuel Correia de Andrade (1973; Andrade, 1995), Marcos Saquet (2007), Tim Ingold (2015), David Harvey (2013), José Magnani (1992), dentre outros/as.

Medo. De adentrar esses lugares por quem não os conhece e nunca ouviu falar, ou só ouviu falar pela violência, escassez e descasos. Medo de a casa desabar ou a rua inundar ou o morro desmoronar por quem mora em áreas consideradas de risco. Medo de as crianças e jovens não voltarem. De o benefício ser cortado por não haver vaga suficiente em escolas e creches para garantir a frequência escolar. De não ter onde ou com quem deixar durante a jornada exaustiva de trabalho. De não conseguir atendimento a tempo no posto ou na UPA.

A partir das categorias *biopoder* e *necropoder*, dialogando com Foucault e Mbembe, Alves (2011, p. 118-119) conclui que "alguns corpos e territórios racializados recebem a preferência na distribuição das chances de vida e de morte". Há corpos mais matáveis e morríveis, seja por armas de fogo, seja por doenças que denunciam condições insalubres, ou "doença de pobre", que ouvi algumas vezes no CRAS, como tuberculose e pneumonia (Machado, 2018). Logo, o espaço urbano e sua organização municipal não se trata de metáfora ou simbolismo para relações de poder, mas um lugar encarnado de relações. Materialidade e imaterialidade andam juntas, inseparáveis, e a cidade é produzida ao mesmo tempo em que produz condições de vida ou sobrevivida.

2.2 ENTRE LAJOTINHA, TRÊS MARIAS E BRAULINA: SOBRE OS TERRITÓRIOS DO CRAS CANASVIEIRAS

A assistência social trabalha muito mais com a categoria "território" do que qualquer outra em se tratando de lugares aos quais seus equipamentos respondem, compreendendo unidades geográficas-históricas-sociais-culturais específicas dentro dos municípios para mais efetivamente implementar as políticas públicas. Assim, cada equipamento pode e deve se adequar aos territórios nos quais está inserido, de modo que cada CRAS tem características específicas e dinâmicas próprias, produzidas com as pessoas com que trabalha e aprende. Embora mencionado brevemente em apenas uma passagem da PNAS e do Plano Municipal em Florianópolis, o conceito-base é o de Milton Santos, que será discutido adiante.

Para quem experienciou os serviços, a rede socioassistencial e as pessoas que os fazem cotidianamente, não é difícil deduzir que isso diz de um interesse muito maior em conversar com as pessoas atendidas e que nesses lugares vivem do que com categorias frias e institucionais que muitas vezes não fazem tanto sentido a esses/as cidadãos/ãs quanto o Morro de não sei o que, onde tem a escola municipal, a vendinha da dona Gertrude e o boteco do seu Laécio. *Bairro, distrito*, dentre outras atribuições muitas vezes não chegam às periferias

"escondidas"²⁰, não sobem os morros de Florianópolis, tal como por vezes o saneamento básico e o transporte público. Não podem se aplicar a áreas não efetivamente mapeadas das cidades.

Nesse sentido, a categoria "território" pode emergir como forma de nomear esses lugares, tanto em áreas de saber científico, como forma de seus e suas habitantes fortalecerem-nos para lutas políticas por direitos, a partir do reconhecimento de suas características em delimitações materiais e relacionais. Não se trata de uma palavra que produz ou reforça desigualdade, como que estigmatizando ou exotizando lugares e grupos, uma vez que marca também outras regiões e espaços de maior centralidade e não atrelados à pobreza exclusivamente ou a grupos historicamente subalternizados, pois diz respeito a relações (de poder, de pertença, de afeto, de cotidiano) que as pessoas têm com os lugares. Claro, essa não é uma escrita prescritiva, portanto não precisa e nem exige elencar uma única palavra para encerrar debates. Pelo contrário, há muitos nomes diferentes que revelam pistas sobre a relação que as pessoas mantêm com sua casa, rua, cidade.

É comum em muitas cidades brasileiras quando, apesar de divisões legais, seus e suas habitantes criem suas próprias com o que faz sentido à sua vida e à organização cotidiana dos lugares por onde transitam. Como exemplo, a divisão popular aqui em maior escala, protagonizada pelas pontes Pedro Ivo Campos, Colombo Salles e Hercílio Luz, parece ser entre ilha e continente, a Ilha de Santa Catarina e a parte continental de Florianópolis: "moro no continente", "o trânsito pro continente" e outras frases semelhantes são ouvidas frequentemente, antes da menção a bairros específicos dessa região. Outro exemplo, mais próximo da pesquisa, aconteceu em uma conversa entre duas mulheres que participam da cooperativa de trabalho e são consideradas lideranças comunitárias no Norte da Ilha no dia 21 de outubro de 2022.

"Já falei que não é pra chamar de Papaquara", diz K. a T., alertando para o preconceito que existe em relação a esse nome. Segundo ela, quando alguém fala que mora na comunidade do Rio Papaquara, não consegue emprego. A Braulina Machado é a servidão que desemboca no rio e em outras várias ruelas não mapeadas pelo *Google Maps*. Ruelas sem nomes, casas sem número, becos sem saída e muitas/os moradoras/es. Quando chove muito na cidade, este é um dos corpos d'água que enchem e transbordam, levando e destruindo o que veem-fluem pela frente. É também onde muitas/os usuárias/os moram e onde o coordenador

²⁰As aspas significam que esses lugares não estão escondidos de fato ou necessariamente são dificilmente avistados, mas não recebem visibilidade e reconhecimento como outros, denunciando regimes urbanos de desigualdade como abordado no subtítulo anterior.

do CRAS, quando caminha por lá, é cumprimentado por todo mundo. Já Lajotinha e Três Marias foram referências usadas em uma reunião de rede, em setembro de 2022, para o lugar que intersecciona contradições em um conflito com o trânsito conturbado local. Entre um complexo educacional e uma "passarela de drogas", como dito pela profissional, o conflito ganha visibilidade do poder público por conta de um condomínio de luxo que também está ali e onde moram figuras conhecidas da cidade.

Território torna-se um conceito importante aqui para pensar a forma como as pessoas se relacionam com esses lugares. *Seus* lugares. Muito além do que as políticas públicas conseguem acompanhar ou prever. Mais do que isso, diz sobre onde acontecem as práticas a que estou me atentando e, portanto, onde e com o que se criam condições de exercê-las.

O geógrafo brasileiro Milton Santos (1999) propõe pensar esse conceito levando-o muito a sério²¹, assim como as pessoas e relações que dele fazem um território. Enquanto categoria de análise, esta palavra faz referência ao *território usado*, lugar de existência, o qual não se trata meramente de uma porção de terra e sistemas naturais, não se trata somente da sua composição física, material, pois é "o chão mais a identidade", esta sendo o "sentimento de pertencer àquilo que nos pertence" (Santos, 1999, p. 8). Sede da nossa casa, base de nosso trabalho, das relações e afetos, do fazer viver e existir ao nosso modo de ser. Em diálogo, torna-se essencial para pensar o *pertencimento* de que o caráter preventivo que a Proteção Social Básica tanto preza e sem o qual não se pode discutir saúde, bem-estar, qualidade de vida e garantia de direitos, dentre outros grupos, ao público migrante e imigrante que compõe majoritariamente a cooperativa.

No capítulo "O retorno do território", em um de seus livros organizados com outras duas pesquisadoras sobre o fenômeno da globalização, encontramos pistas para entender a proposta de Milton Santos:

Vivemos com uma noção de território herdada da Modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. **É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social.** Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. **O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida.** Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro. (Santos, 1994, p. 15, grifo meu)

Apesar de focar em um uso mais abrangente e "macro" e relações de poder que o implicam, pois é objetivo deste livro discutir a globalização na área da geografia e da geopolítica, parece

²¹Alusão a Tim Ingold (2019), para quem é imprescindível levar as pessoas, lugares e coisas com quem aprendemos a sério.

um texto importante para encontrar uma sistematização de seu pensamento — ou uma aproximação inicial.

Contudo, se o geógrafo, em sua disciplina, estava se preocupando com relações de poder entre nações e a relação entre território e dinheiro, é papel da antropologia preocupar-se com o micro, com as miudezas das relações que movem a(s) vida(s). Para isso, há muitas conversas possíveis e aqui é interessante fazer um encontro entre Milton Santos e Michel de Certeau. Afinal, os territórios são sede de práticas de resistência. Isso acontece de várias formas e uma ressonância teórica que pode ser pertinente para essa conversa é o "pedaço" de José Magnani (1992), antropólogo que se preocupou meticulosamente com o espaço urbano onde se constituem importantes redes de relações. Isso é interessante para se aproximar das/os profissionais e das/os usuárias/os do CRAS Canasvieiras, pois:

"É aí que se tece a trama do cotidiano: a vida do dia-a-dia, a prática da devoção, o desfrute do lazer, a troca de informações e pequenos serviços, os inevitáveis conflitos, a participação em atividades vicinais. Para uma população sujeita às oscilações do mercado de trabalho, à precariedade dos equipamentos urbanos e a um cotidiano que não se caracteriza, precisamente, pela vigência dos direitos de cidadania, pertencer a um pedaço significa dispor de uma referência concreta, visível e estável — daí a importância do caráter territorial na definição da categoria. Pertencer ao pedaço significa também poder ser reconhecido em qualquer circunstância, o que implica o cumprimento de determinadas regras de lealdade que até mesmo os "bandidos" da vila, de alguma forma, acatam." (Magnani, 1992, p. 193)

É curioso notar que, durante esse período de campo, tomei conhecimento de que a maioria das/os usuárias/os que conheci não tinham o costume de sair do seu *pedaço*, apenas para resolver alguma questão legal e de direito no centro da cidade. Por outro lado, a maioria dessas pessoas são migrantes, pois nasceram em outras cidades ou países e, depois de chegar e tentar fazer um novo pedaço, é que seus *trajetos* se encurtam. *Trajetos*, aqui, são caminhos que recortam territórios, fluxos no espaço que podem abrir novos pedaços (Magnani, 1992). Dizem respeito a como e onde as pessoas circulam, de modo que trajetos também produzem cotidiano. São o que permitem abertura a outros lugares, outras lógicas, sem a qual "corre-se o risco de cair numa perspectiva reificadora, restrita é demasiadamente 'comunitária' da idéia de *pedaço* — com seus códigos de reconhecimento, laços de reciprocidade, relações face a face" (Magnani, 1992, p. 199).

Com isso, exploremos nosso pedaço-território e suas miudezas mais intensamente. Os CRAS, além de divididos em níveis de complexidade, são separados por território, para melhor distribuição e atendimento dos/as cidadãos/ãs. Ao todo são dez (10) unidades em

Florianópolis, três (3) no Norte da Ilha, dois (2) no centro, três (3) no sul da ilha e dois (2) na parte continental da cidade (fora da ilha). Sendo assim, o CRAS Canasvieiras, também conhecido como CRAS Norte I, atende famílias dos seguintes territórios: Cachoeira do Bom Jesus, Canasvieiras, Canto do Lamin, Lagoinha, Morro do Mosquito, Ponta das Canas, Praia Brava, Rio Papaquara, Vargem do Bom Jesus, Vargem Grande, Vargem Pequena e Vila União.

Apesar do nome de referência, o CRAS Canasvieiras é atualmente localizado no bairro Vargem de Fora, segundo o *Google Maps*, em uma estrutura improvisada e alugada pela prefeitura local de frente para a rodovia SC-401, que conecta norte a sul de Florianópolis. Trata-se de uma localização privilegiada considerando a proximidade a outros equipamentos públicos importantes, como o Centro de Saúde de Canasvieiras (apelidado carinhosamente pela população de “postinho de Canas”), a Unidade de Pronto Atendimento Norte da Ilha (UPA Norte) e o Conselho Tutelar Região Norte. É também a poucos metros do Terminal de Integração de Canasvieiras (TICAN), o que facilita a acessibilidade aos diferentes territórios atendidos para quem depende de transporte público.

Figura 2: Vista de dentro do CRAS Canasvieiras para seu letreiro e o estacionamento coletivo dos equipamentos



Fonte: acervo da pesquisa da autora

A imagem mostra um canto da maior sala de atendimento da unidade, com duas mesas e, geralmente, duas/dois profissionais cadastradoras/es do Cad. Único. É onde fica um dos banheiros, mais usado pelas/os funcionárias/os. Em frente ou atrás desta janela, havia uma estante cheia de brinquedos e bonecos em 2022, que em 2023 foi realocada à sala de reuniões e uso coletivo, onde acontecem os grupos continuados. Sim, o CRAS é lugar de criança, de bagunça e brincadeiras. Isso é frequente, quase toda semana. É também lugar de mães e de amamentação, como muito acontece principalmente no encontro de grupos com mães recentes.

As/os profissionais foram receptivas/os a essas necessidades e presenças em todas as vezes que estive presente, parece parte de suas *artes de fazer* promover um ambiente inclusivo e acolhedor a maternidades e pessoas de todas as idades. Isso aparece em dimensões éticas e estéticas dos gestos, como argumentado por Michel de Certeau (1998), além de na própria organização e reorganização do ambiente, em suas cadeiras estofadas e coisas outras. Tampouco presenciei tensões entre usuárias/os nesse sentido. Muitas vezes foram as estagiárias as cuidadoras e parceiras de brincadeira para que mães ou responsáveis pudessem participar mais tranquilamente e se atentar aos encontros e reuniões de grupos.

Ademais, o CRAS Canasvieiras conta com uma recepção, por onde passamos por uma porta de vidro que abre lateralmente, três salas de atendimento do PAIF, um corredor que conecta a todas as salas e ao principal banheiro, uma sala de uso coletivo (onde atualmente está alojado o coordenador deste CRAS), uma sala de arquivos e uma copa equipada para funcionárias/os. Há também uma mesa e cadeira pequenas e rosadas para práticas artísticas e brincantes infantis em uma sala de atendimento e todas tem materiais como lápis de cor.

Figura 3: Copa do CRAS e suas plantas



Fonte: acervo da pesquisa da autora

Muito café, todos os dias, uma vista para a torre da UPA, louças de uso coletivo, um pano de prato bordado com crochê e algumas plantas e hortaliças faziam parte da copa. O manjericão e outras ervas eram cultivadas por duas funcionárias da recepção, muito fãs de chás. Uma delas pediu afastamento no final de 2022 devido a questões de saúde mental, e eventualmente foi transferida para outro equipamento, pois não conseguia mais ficar na recepção. Em 2022, a copa foi também lar temporário de um passarinho que se feriu colidindo com a porta principal de vidro e foi cuidado pela equipe:

Figura 4: Mesa da copa em uma pausa do trabalho



Fonte: acervo da pesquisa da autora

O passarinho preto e amarelo ficava na caixa, sem conseguir se mexer muito, com comida e água, e uns galhos para que sua estadia fosse o mais agradável possível. Os braços de G. e A., a faxineira e o motorista do CRAS, que aproveitavam uma pausa do trabalho, apoiavam-se na mesa redonda, que é sempre suporte para copos, azeite, vinagre, sal, álcool em gel, adoçante, açúcar e guardanapos. Naquele dia ensolarado de 27 de outubro, A. levou um bolo que fez com as bananas pretas de seu quintal e açúcar mascavo. Comemos rindo de histórias de outros serviços e momentos que A. trouxe com o bolo. Lugar de café e chá, de riso, encontros de bom humor, mas também de desabafos indignados, de confraternizações que mudam o cotidiano do labor, mas também nas conversas de trabalho.

Figura 5: A sala de uso coletivo e o coordenador do CRAS em sua mesa



Fonte: acervo da pesquisa da autora

A sala de uso coletivo tem esse nome pendurado em sua porta e para onde as/os participantes assíduas/os dos grupos já vão direto sem dar muita trela para a recepção. Na parede, vemos com destaque os cartazes com conceitos e explicações breves da política e dos benefícios oferecidos neste equipamento, juntamente com *QR codes* para ingressar nos grupos de *Whatsapp* referentes aos grupos continuados e cartazes de divulgação de outros serviços relevantes. Sentado e sorrindo está o coordenador do CRAS e um de seus psicólogos, mediando um encontro da Cooperativa de Mãos Dadas.

Atrás, há um cavalete com folhas riscadas de frases e palavras que suas estagiárias sabem de cor, pois ele as pronunciava em todas as reuniões de acolhimento sobre o BPC. O entardecer acontece atrás dessas cortinas, que tentam, mas não seguram tanto o calor dos raios de sol. Ademais, o pé no canto esquerdo inferior indica que há participantes sentadas/os nas cadeiras que formam uma meia-lua na sala.

Figura 6: Encontro da cooperativa com o SEBRAE



Fonte: acervo da pesquisa da autora

Aqui vemos a mesma sala em outra configuração: está cheia, com cadeiras de outros lugares para comportar todo mundo. Essa foto é de 18 de setembro de 2023, dia em que a cooperativa recebeu uma convidada do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) para apresentar e esclarecer dúvidas sobre a categoria de Microempreendedor Individual (MEI). A procura foi alta e diversa, 30 pessoas: oito mulheres negras, 19 mulheres brancas, um homem negro, um branco e um bebê de colo. Pelo menos 11 dessas pessoas eram venezuelanas ou estrangeiras. Além dessas, um coordenador, a convidada, uma pesquisadora e um estagiário.

Em pouco mais de um ano de campo, atentando-me às características das pessoas que transitavam e faziam aquele equipamento ser como era, notei que as/os usuárias/os variavam bastante em termos de raça, mas aquelas/es participantes assíduas/os em grupos continuados semanalmente ou quinzenalmente eram predominantemente brancas/os. Isso levou a duas questões: será que as/os habitantes dessa parte do Norte da Ilha, pertencentes à área de abrangência do CRAS Canasvieiras são majoritariamente brancas/os? Ou será que pessoas de outras raças acessam menos os serviços *in loco*? Aliás, o acesso difere-se de permanência ou

acesso continuado e isso pode refletir as condições de moradia, de proximidade ao equipamento, ao número de filhos/as em uma família e sua condição de saúde, a condições de trabalho...

Em 2023, conhecendo mais discussões do campo da migração na antropologia e na psicologia social, comecei a indagar: onde estão os/as haitianos/as em Florianópolis? Em termos de público imigrante, aquele equipamento conhecia principalmente venezuelanas/os e cubanas/os, além de nacionalidades mais próximas na América do Sul em menor número. Então, quem sabe, estão em outros equipamentos e regiões predominantemente? Ou há dificuldade e barreiras no acesso às políticas públicas brasileiras? Não há um levantamento ainda sistematizando estatisticamente as informações do sistema operacional usado, muito devido à sobrecarga de demandas das/os profissionais, que não conseguem tempo para fazer pesquisas como essa. Evidentemente, as muitas perguntas que vão se abrindo a partir da experiência de pesquisa muitas vezes não dão conta de serem respondidas em tempo limitado e deixam lacunas-convite para futuras/os pesquisadoras/es se aventurarem.

2.3 PARA TRABALHAR COM POLÍTICA PÚBLICA E COM GENTE, HÁ QUE SE PISAR NO CHÃO QUE ELA PISA

10 de novembro de 2022 foi o dia em que acompanhei uma visita domiciliar, ou algumas na mesma ronda, prática comum tanto na assistência social como na saúde. A., o motorista, também conhece as pessoas pelo primeiro nome e associa a seu endereço, o que sempre me impressiona. Fomos eu e C., a técnica da vez e psicóloga. A primeira parada foi em uma Escola de Educação Básica Municipal (EBM) em um bairro próximo. Entramos nós duas, enquanto A. nos aguardava no carro. Eu seguia C. com meu caderninho e olhava atenta aos arredores.

As visitas domiciliares são destinadas ao acompanhamento da situação de famílias em sua residência, seja para conhecer melhor suas condições de vida, seja por dificuldade ou impossibilidade de a família ir ao CRAS, ou ainda para descobrir mais sobre casos específicos e fazer pontes. Era o ponto ali: o caso era de uma criança que teve um desmaio repentino sem aparente motivo e demonstrava "problemas de aprendizado", além de "problemas de higiene", segundo a secretária que nos atendeu. "Ontem ela já veio arrumadinha, cabelo penteado...", diz ela mostrando sinais de melhora, mas contando que a mãe tem diagnóstico de depressão e isso dificulta simples atividades do dia a dia. Não sei dizer a raça das pessoas envolvidas no caso, o que parece render boas discussões. As funcionárias que conhecemos eram brancas.

"As famílias têm muitas dificuldades, como tu não vai entender, né?" diz a diretora da escola que chega não muito depois para conversar conosco. A escola fez o encaminhamento para o posto de saúde para que este então encaminhe a uma instituição que faça exames neurológicos, há suspeitas quanto às dificuldades de aprendizagem e preocupações pelo que acarretou no desmaio. Entretanto, a fila de espera não é pequena e a família aguarda atendimento. A conversa é muito mais rápida e fluida do que possa parecer nessa escrita e, no meio de assuntos diferentes, a diretora e a secretária clamam por psicólogas/os na escola para atenderem as crianças, as famílias e as próprias profissionais.

Terminamos a visita passeando um pouco entre os espaços comuns da escola. As crianças estavam no intervalo das aulas e muitas vinham abraçar a diretora, que as abraçava de volta com um sorriso no rosto e "batendo papo". Ao ir ao banheiro, antes de sair para o próximo destino, noto uma placa bilíngue, em português e em espanhol, orientando o gênero para cada porta.

Em uma rua não muito longe dali, na Vargem Grande, e que não sabia que existia antes disso, morava M. em uma casa de madeira com grande quintal e balanço, um cão e um gato. Mulher negra, mãe de quatro. Foi muito gentil ao nos receber e estava mancando, devido a um acidente em casa, quando caiu e deu um "mal jeito" na perna. Parecia já conhecer C., entendi que era uma das pessoas que acompanhava no PAIF. Ela era também mãe da criança do caso anterior. C. cobrou-a pela ausência na última reunião delas, sem aviso, e a pediu para retornar às ligações do Conselho Tutelar e não faltar no que marcassem. Falou que conhecia quem trabalhava na gestão na época e que a intenção é ajudar, mas também para que ela tomasse cuidado para seus atos não parecerem negligência. "É coisa séria, M., não dá bobeira não".

M. falou da fila de espera do SUS e das dificuldades que tem tido com a mobilidade reduzida da perna e muitas crianças em casa. No meio disso, comentou a boa experiência que teve no postinho de Canas: "É uma necessidade do ser humano ser bem atendido e é o que deveria ser. Sabe quando você vai no médico e quer voltar sempre? Ela me escutava, queria saber das minhas necessidades [...] aí a implorei 'fica na rede! Precisa de mais gente assim como você'. A gente tá carente de serviço público." A médica que lhe atendeu era estrangeira, hispânica, e seu pedido se dá pela forte rotatividade de profissionais nesse equipamento, o que dificulta o acompanhamento contínuo das pessoas.

Despedimo-nos depois de um bom tempo e retornamos ao carro, que nos levou a outro canto da Vargem Grande. P. apareceu na porta da próxima casa em uma rua estreita após tocarmos umas três vezes a campainha. Era uma senhora branca, espirituosa, tinha 73 anos e

era mãe de R. e de N. É muito ativa na casa e cuida de R., adulto e talvez com alguma deficiência intelectual, pelo teor da conversa. R. vai ao CRAS e ao posto de saúde quase toda semana "bater papo", as equipes já o conhecem bem. N. também frequenta o perímetro, mas não inteiramente por escolha. P. nos conta que precisou expulsar sua filha de casa após uma agressão séria contra ela. Contou que estava sob o efeito de drogas e não era mais a mesma há um tempo. Hoje, mora perto do CRAS, na rua. As equipes também a conhecem.

A conversa começou e acabou ali na porta também. Voltamos. No caminho, C. foi me explicando algumas coisas importantes sobre as situações e os "ossos do ofício". Não pude deixar de pensar que há uma proximidade e uma intimidade bonitas próprias da intervenção comunitária. É quase como se fossem visitar um parente distante querido, o tom é familiar, não no sentido de laços sanguíneos ou outra coisa que possa fazer ressoar essa palavra, mas talvez familiarizando o estranho nas trocas e relações profissionais, mais do que estranhando o familiar, como proposto pela antropologia (VELHO, 1987).

Não se trata de falta de profissionalismo ou formalidade quando essas características compõem a postura adequada a um(a) técnico/a de um CRAS. Isso parece esbarrar no copo d'água e no lembrar cada nome. Parece haver uma espécie de cumplicidade que faz as palavras e conversas dessas/es trabalhadoras/es lembrarem afagos. Continua uma relação profissional, posto que não se trata de amizade, as fronteiras continuam nítidas, mas, pelo que presenciei, é leve, respeitosa e cheia de sinceridade. O que também não quer dizer que será todas as vezes assim, mas lembro de ter reparado também quando não há uma reciprocidade. Isto é, com pessoas que mostravam impaciência, raiva, que não pareciam estar em seus melhores dias.

CAPÍTULO 3 - EMERGÊNCIAS EM UMA COOPERATIVA DE TRABALHO

3.1 ÁGUA COM LIMÃO EM JEJUM, GLÚTEN E AÇÚCAR: O GRUPO E A COMIDA

"Tem bolachinha caseira, vêm comer! Cheia de glúten e açúcar pra gente ficar pilhado", dizia E. chamando a equipe (eu incluída) com um gesto rápido com a mão, no dia oito de setembro de 2022. Em referência a outro dia ainda, 28 de agosto de 2023, o subtítulo traz uma receita caseira de uma das integrantes da cooperativa, recomendando à outra, que sofria com as dores da fibromialgia, após lhe perguntar o que estava tomando para isso: água com limão em jejum e corticoide. De um jeito ou de outro, a comida parece central às dinâmicas sociais deste contexto. E, sendo uma das práticas cotidianas identificadas por Michel de Certeau (1998) nos fazeres do cozinhar e do comer, torna-se relevante para imersão na perspectiva desta monografia.

Seja como mediador de encontros, como nas refeições compartilhadas na copa por trabalhadoras/es daquele espaço, seja pelo lanche em ações comunitárias continuadas ofertadas pelo CRAS, como grupos temáticos, o alimento muitas vezes é o que possibilita às pessoas estarem presentes e permanecerem “em pé”, nas longas jornadas de trabalho e na tentativa de combate à insegurança alimentar. Seja ainda por presentes afetivos entre profissionais e usuárias/os, que proporcionam trocas em diversos âmbitos — como o momento no final de tarde de uma segunda-feira em que uma usuária, mãe voluntária de muitos projetos em seu bairro, levou uma cuca de paçoca e leite condensado ainda quente e recém assada para todos e todas presentes após uma reunião de grupo.

O lanche é sempre um dos primeiros a ser apresentado, antes das rodas de apresentação das/os participantes em reuniões e encontros dos grupos do CRAS Canasvieiras: "Pessoal, tem cafezinho aqui, bolacha... não é de graça, mas já foi pago, fiquem à vontade", ou algo como "comendo ou não comendo, o preço é o mesmo" é o que costuma dizer o coordenador. As pessoas costumam se sentir à vontade para ir pegando, corroborando com a perspectiva de que alimentação é direito. Ninguém as serve, não é para elas, é delas, assim como o CRAS, que é da/o usuária/o. Assim como todo o SUAS, que deve tornar seu e sua.

Em 2023, após anos de supressão, cabe ressaltar que o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é retomado nacionalmente e faz diferença nos equipamentos públicos brasileiros. Partindo de uma perspectiva antropológica, nota-se que a articulação com o PAA produz também uma rede de socialidades, desde pequenos produtores locais, que vendem seus produtos a agentes estaduais e municipais, o que garante o funcionamento de certas políticas

públicas e, ao mesmo tempo, movimenta a economia local, àqueles que precisam comer e muitas vezes não encontram fartura, sendo então contemplados. Bolos de sabores regionais variados, polpa de suco natural, bolachas caseiras, pão de mel, dentre outros, fazem parte atualmente dos grupos que acontecem no CRAS.

No final de outubro de 2022, algumas relações entre prefeitura e pequenos produtores já eram retomadas e no dia 21 uma foto foi feita:

Figura 7: Comida de um lanche e outras coisas



Fonte: acervo da pesquisa da autora

Dentre muitos elementos possíveis para conversar, ao mostrar essa imagem para uma turma de antropologia, as seguintes impressões aconteceram: "tem um acolhimento, apesar de improvisado"; "demonstra cuidado" pelos potes e recipientes, por exemplo; "mostra comensalidade e sociabilidade"; "penso em normatividade" observando os sanduíches embalados igualmente e as caixinhas de água de coco, o que remeteu esta pessoa a uma dureza e rigidez das políticas públicas, a enlatados que vêm de fora para dentro.

O que mais me chamava atenção ao olhar várias e várias vezes essa mesma foto era abundância, a fartura, por um lado, em relação a muitos outros encontros que o coordenador teve de fornecer lanches de "seu próprio bolso", pois essa verba havia sido cortada. Eu ficava feliz. No dia da foto, especificamente, não vieram polpas de suco natural e isso culminou de

certa forma em uma leitura de normatividade por parte de uma professora, o que me chacoalhou. Por outro lado, o enquadramento da foto me lembrava o ritmo de trabalho daquele lugar, em seus fluxos rápidos e incessantes que não concediam tempo para pensar e conferir o enquadramento e o ângulo do celular que fazia a imagem.

Foi a comida também protagonista de muitas conversas e forte indicadora das condições de vida daquelas pessoas e características do território conhecido. "Pena que eu não posso mais comer doce", diz T., que faz pães, bolos e guloseimas deliciosas para vender. Não pode devido à diabetes, que ressoa entre várias/os usuárias/os. Na reunião da cooperativa de 16 de setembro de 2022, eram todas diabéticas. No mesmo dia, outra conversa chama minha atenção:

— Prova minha torta!

— Tem carne?

— Ih, não tem mais carne lá em casa, só legumes.

Provavelmente a moça que perguntou a N. era vegetariana, mas não foram as escolhas de dietas e ativismos alimentares que se destacaram no diálogo. "Quando o bolso aperta", um dos principais alimentos cortados do cotidiano de trabalhadoras/es da região é a carne, e em períodos próximos à pandemia de COVID-19 isso se acentuou. N., autora da torta salgada, é uma das integrantes assíduas do grupo e importante liderança na Vila União. Sempre que pode, participa das reuniões do CRAS, como T., liderança importante na Vargem Grande. É chegada a hora de conhecer o grupo.

Devido ao alto índice de desemprego e a dificuldade de sustentação de suas famílias e residências, principalmente por parte de mulheres-mães na conciliação de diversas esferas da vida e no enfrentamento a barreiras sociais dos muitos lugares que se recusam a contratar mulheres-mães, surge em 2019 o grupo da cooperativa de trabalho, posteriormente nomeada por suas e seus integrantes como Cooperativa De Mãos Dadas. Vinculado ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) como grupo temático, por enquanto, trata-se de uma organização coletiva para pensar alternativas de geração de renda a suas e seus participantes e ao território em questão. "Por enquanto" pois a cooperativa tem característica forte de autogestão, isto é, de não depender completamente deste equipamento para acontecer, haja vista que as/os próprias/os usuárias/os se organizam em ideias e ações, apesar de que atualmente necessitam de seu espaço físico, por vezes de recursos, e alguma mediação.

Após inatividade durante o período de distanciamento social da pandemia de COVID-19, o grupo tem retornado com novas pessoas desde 2022, muitas que trabalham com

venda de artesanato, costura e artigos culinários. Este último está entre os produtos considerados mais rentáveis o ano todo, sem variação sazonal, logo, é uma das práticas mais investidas e procuradas. Foi neste momento que o conheci e desde então ele já mudou muito, tanto entre participantes como em suas características e formas de organização. Cabe situar que falarei do grupo tal como o acompanhei entre agosto de 2022 e meados de 2023.

Nesse momento, o grupo que encantou esta pesquisadora desde o primeiro encontro era muito plural, com brasileiros/as e estrangeiros/as, homens e mulheres, diferentes idades, desejos e funções exercidas dentro e fora da cooperativa, entre outros. Entretanto, como os grupos que acontecem no CRAS tiveram de ser interrompidos com a pandemia de COVID-19, há ainda rotatividade nos/as integrantes da cooperativa, que está se restabelecendo e sendo mais solidamente consolidada enquanto grupo fixo. Na época em questão, assim como outras cooperativas de trabalho, a ideia principal era construir e fortalecer estratégias para geração de renda a usuários/as do CRAS e demais membros que estivessem precisando e pertencessem ao seu território de abrangência no Norte da Ilha.

Com o alto desemprego e a dificuldade na conciliação de diversas esferas da vida a partir de trabalhos continuamente realizados, mas com pouca rentabilidade, pensava-se na importância de visibilidade em maior escala desses trabalhos desde a primeira reunião da Cooperativa de De Mãos Dadas no segundo semestre de 2022. Foi assim que surgiu a ideia da construção de um site de vendas onde seriam expostos os produtos feitos pelos/as cooperados/as e serviços que pudessem oferecer para contratação, de modo a buscar maior repercussão e atingir um público que valorizasse mais o trabalho das pessoas, a partir do momento em que conhecem mais o que e quem está por trás desse processo.

Cada objeto exposto traria em si e em outros recursos audiovisuais a história de sua produção e um pouco de quem o fez. Essa ideia surge entre os/as cooperados/as, que também se tratam dos/as autores/as do site, já com domínio e em desenvolvimento com o protagonismo de um integrante, que é programador. Como mencionado na introdução da monografia, essa produção chegou a começar, mas segue inacabada, com outras prioridades desviando e suspendendo sua feitura. Porém, o mais interessante a esta pesquisa foi o que foi possível conhecer do grupo, suas relações e seus territórios no próprio processo inacabado. Mesmo sem sua materialização, histórias ecoaram naquela sala coletiva, produzindo pertencimentos a quem vinha de longe e buscava ainda raízes para se estabelecer, amizades para além do CRAS e articulação política.

T. e N. já eram conhecidas e participam de outros projetos nos territórios atendidos por este CRAS, mobilizando associações de moradores/as, a organização de feiras e articulando a

luta política por demandas da população local e do Norte da Ilha, agindo com e buscando melhorar as políticas públicas que lhes dizem respeito. São brasileiras, N. nascida em Florianópolis e T. vinda com sua família do oeste catarinense. A. sempre me cumprimentava calorosamente e embalava comentários em seu acentuado sotaque uruguaio. Já foi professora de piano, responsável de uma casa para idosos/as, enfermeira e queria muito aprender a cozinhar. Mar., além de ser o programador responsável pela montagem tecnológica do site e também autor da ideia inicial, é venezuelano, é *Asperger*, conforme sua primeira apresentação no grupo, e era uma das figuras mais animadas, jocosas e articuladoras da cooperativa.

D. é *artesana*²² e venezuelana, vende muito seus brincos e anéis de aço inox em feiras e na praia. Veio com o filho para o Brasil e o adora, não planejando sair daqui muito cedo. Vai ao CRAS sempre que tem dinheiro para a passagem de ônibus, o que não é sempre. K. parece também uma importante liderança na região, é brasileira e tem uma voz forte. K. não estampa documento algum seu, mas é como gosta de ser chamada e todas/os da equipe do CRAS Canasvieiras e outras/os usuárias/os a respeitam dessa forma. Quando perguntei o motivo dessa escolha, me contou que era seu nome de guerra. Dona Ts., venezuelana, e Dona Ti., brasileira, ambas costureiras de mão cheia.

Por fim, Alice, que protagonizará um conto no próximo subtítulo. É amiga de Mar. e por ele foi convidada a participar do grupo. Contou-nos que estava em Florianópolis já há quatro anos e veio com o filho numa partida difícil da Venezuela, de onde não queria sair e para onde não vê a hora de voltar. Aprendeu a confiar na cidade e a fazer uma vida boa aqui depois de muitas noites chorando e cantando na praia de Canasvieiras. Principalmente, depois que encontrou a farinha de milho para arepas que vende até hoje para todo o país e que acabou se tornando uma das responsáveis por mobilizar uma rede de relações entre imigrantes na cidade e no estado de Santa Catarina. Todas as personagens mencionadas têm mais de 45 anos e foram participantes assíduas do grupo no período desta pesquisa.

Diferentemente de outros grupos temáticos do CRAS, em que muitas vezes a equipe profissional buscou facilitadoras/es de organizações e áreas do conhecimento, como o direito, a educação e a nutrição, em caráter de orientação às/aos usuárias/os, a cooperativa de trabalho centralizou os saberes nas/os suas/seus próprias/os participantes, valorizando seus saberes e trabalhos. Assim, entende-se que cada um(a) ali sabe muito mais de si, de suas condições e possibilidades, bem como tem sempre algo a contribuir para os objetivos do grupo. A geração de renda tem sido pensada, entre os anos de 2022 e 2023, principalmente a partir da relação construída entre participantes e atividades de ensino e aprendizagem de habilidades

²²"Artesana" é "artesã" em espanhol, como ela costumava falar e se apresentar nos encontros.

pertinentes a seus trabalhos e serviços. Os encontros do grupo, em formato de reuniões, aconteciam quinzenalmente, às segundas-feiras de tarde, enquanto nas quintas intercalavam com oficinas de troca de conhecimento. Uma das oficinas foi uma culinária de arepas venezuelanas, ministrada por uma cooperada, venezuelana. Chamarei-a aqui de Alice, nome fictício.

3.2 RESSONÂNCIAS DE UMA OFICINA DE AREPAS VENEZUELANAS

Em uma bacia grande, Alice acrescentou primeiro a água, depois o sal a gosto e por fim a farinha de milho, no olho. “No olho” de quem aprendeu vendo e ouvindo, presenciando parentes e conhecidas/os fazendo e, claro, com a mão. É a mão que dá o ponto da massa, sem medidas tão quantificáveis, mas precisas o suficiente para satisfazer um acordo coletivo sobre seu formato e consistência. “Tem gente que bota bicarbonato de sódio, eu não boto”, diz enquanto mexe a massa da arepa. São os “segredinhos” geralmente não descritos em receitas, mas que se aprende com quem sabe e está disposto a ensinar outras pessoas. Nesse caso, como em outras receitas de famílias ou características de uma região, as arepas demandam uma "montagem sutil de gestos, de ritos e de códigos, de ritmos e de opções, de hábitos herdados e de costumes repetidos" (Certeau; Giard; Mayol, 1996, p. 234). Abarcam, então, encruzilhadas entre hábitos, técnicas e, como ressaltado na perspectiva de Michel de Certeau, Luce Giard e Pierre Mayol (1996), histórias.

Era 25 de maio de 2023, quando Alice, responsável pela oficina culinária, chega ao CRAS Canasvieiras um tanto atrasada, provavelmente terminando de fazer e embalar os recheios para suas arepas. Carne desfiada bem temperada ao molho vermelho, feijão, manteiga ou margarina, presunto e queijo. Há de ser um queijo mais consistente, mais duro e saboroso, “aqui vocês tem o queijo serrano ou como se diz... queijos coloniais”, diz ela embalada em um sonoro sotaque venezuelano que nos faz confundir português e espanhol ainda possibilitando compreensão para não-fluentes. São estes os recheios trazidos em pequena quantidade para que as pessoas presentes pudessem experimentar sabores de outras terras, de outros costumes, entre uma vasta possibilidade de opções. Quando não há verba para o lanche dos grupos, é o coordenador e mediador destes que financia, provavelmente foi o que aconteceu neste dia.

Enquanto vai fazendo a massa em uma mesa no centro da sala, nos olha sorrindo e explicando que as arepas são originárias da Venezuela e da Colômbia, sendo hoje muito conhecidas em outros cantos do mundo depois de migrações para outros países. “Engorda

esto o no?”, pergunta uma participante uruguaia naquele dia. Outro participante, venezuelano, a responde: “[...] no, no é como o trigo”. O grupo conversa entusiasmado durante toda a oficina, contando de seus países de origem, de dificuldades encontradas no Brasil e comparações entre línguas e hábitos regionais. Desse modo, sem essa farinha específica e os saberes do preparo, não bastava conhecer as técnicas envolvidas na feitura das arepas, pois, como argumentam de Certeau, Giard e Mayol (1996, p. 236), são necessários recursos e condições para exercê-las. É interessante notar nesse momento que, na oficina, as arepas foram assadas em uma sanduicheira específica para arepas, contendo formatos fundos arredondados, que um dos participantes da cooperativa e amigo de Alice comprou no Peru e nunca achou outras para comprar no Brasil.

Figura 8: Alice com a mão na massa



Fonte: acervo da pesquisa da autora

Figura 9: Preparando a massa



Fonte: acervo da pesquisa da autora

Figura 10: Moldando a massa



Fonte: acervo da pesquisa da autora

A comida, concordando respectivamente com Simmel (2004) e de Certeau, Giard e Mayol (1996), é um ato sociocultural além de orgânico, marcador de diferenças, central à vida humana e suas dinâmicas biopsicossociais cotidianas. Isso é importante de se considerar nesse caso, na experiência de imigrantes que enfrentam barreiras (linguísticas, culturais, dentre outras) longe de suas maiores saudades, ou mesmo para outras/os participantes da Cooperativa De Mãos Dadas e usuárias/os do SUAS. Se é no cotidiano que a vida acontece, que os sujeitos encontram chão para resistência e subversão, desenvolvendo estratégias contra sistemas de opressão (Certeau, 2009), os fazeres e relações que a arepa mobiliza — desde

uma rede de circulação em torno da farinha de milho fina e pré-pronta ao preparo deste alimento, reunindo outras pessoas, brasileiras e estrangeiras, — são exemplos disso.

Seguindo essa perspectiva, pode-se pensar as práticas alimentares como objeto e instrumento da ação política. A cozinha foi historicamente associada à esfera privada e reprodutiva da vida, portanto, não política ou pré-política, notável em frases populares como “não se luta de barriga vazia”. Penso com Alana Moraes (2023) a cozinha como espaço político, misturando festas e resistências. Cozinhas coletivas são potentes nesse sentido, haja vista a organização e importância a comunidades e aos grupos do CRAS, como já mencionado em categorias próprias da assistência social, na perspectiva de garantia de direitos, prevenção de riscos e violações, bem como fortalecimento de vínculos (relacionais e de pertencimento) sociais e comunitários.

As arepas venezuelanas são escolhidas para protagonizar essa escrita porque, dentre outros encantos, dizem respeito a muitas práticas importantes a essas pessoas. Diz respeito à memória, a afeto, a relações identitárias de pertencimento, essenciais para desenvolver formas de ser e existir em território brasileiro. Baseada na antropóloga francesa Sophie Bouly de Lesdain e outras referências pertinentes a seu campo de pesquisa com imigrantes brasileiros/as nos Estados Unidos (EUA), Viviane de Assunção (2011, p. 220) afirma a relevância de pensar que a “comida e seus sabores são um veículo para a memória”, ao mesmo tempo em que a circulação de produtos alimentícios pode materializar uma rede tanto com o local de origem como entre pessoas migrantes no novo local de moradia. Remete também a uma comensalidade, nos termos de Simmel (2004), na qual o ato de consumir o alimento é coletivo e partilhado entre migrantes e locais, mantendo e fazendo laços sociais.

Assim, cabe situar o lugar da farinha de milho para Alice, que, após começar a vender uma marca específica no Brasil junto de seu filho, encontrou uma fonte de renda possível para sustento (depois de tentar sem sucesso outros empregos no país), bem como muitos e muitas outras imigrantes em situação similar a sua, possibilitando a construção de uma rede de apoio. Ingrediente principal das arepas, a farinha de milho é compreendida aqui enquanto elemento articulador de uma rede de socialidades de imigrantes latino-americanos em Florianópolis. Bem mais fina, pré-cozida e diferente das que temos no Brasil, é o que permite a esse público manter práticas alimentares comuns em sua rotina nos países de origem. Ressalta-se aqui, em consonância com a pesquisa de Cristiano Monteiro (2018), que a farinha de milho venezuelana torna-se um elemento que agencia redes sociais, seja de mobilidade, seja de trabalho, e articula materialidade e imaterialidade ao ressoar narrativas, trajetórias de vida,

símbolos e abrindo um campo de análise que não será possível aprofundar nesta escrita, dado limites de tempo e pesquisa.

Pode-se pensar esses fenômenos também com o conceito de “redes sociais”, explorado na tese de Assunção (2011, p. 44), ao passo que constituem-se redes não limitadas por fronteiras nacionais oficiais em um fluxo que resiste a possíveis exclusões estruturais globais. Nos estudos sobre povos migrantes, é perceptível a compreensão de que, ao enfrentarem transformações demandadas pela adaptação ao lugar-destino, incluindo sua rotina alimentar, a tentativa de manutenção das práticas alimentares é frequente e permeada por relações de continuidade que não reproduzem, mas produzem novos hábitos, transformando significados destes (Assunção, 2011).

Voltando à farinha, especificamente estamos falando sobre movimentos migratórios que culminaram na produção da marca P.A.N. (sigla para *Productos Alimenticios Nacionales*, representando também o “pan” em espanhol), desde 1960 nos EUA. Em sua embalagem, lê-se:

A farinha de milho pré-cozida P.A.N. é um produto único feito à base de puro milho. É livre de glúten, não contém conservantes, corantes, nem aromatizantes e é obtido apenas por processos mecânicos, não há produtos químicos envolvidos em sua produção. P.A.N. faz massa instantaneamente apenas adicionando água e graças à sua versatilidade e praticidade, permite o preparo de saborosos e variados pratos à base de milho, típicos de cada cultura.²³ (Tradução minha²⁴)

Hoje, Alice vende essa farinha para todo o Brasil, em feiras alimentícias e para quem dela necessita no seu dia-a-dia. Conta-nos durante a oficina também que a arepa é um alimento de todo dia e para o dia todo, costumeiramente sendo consumido no café da manhã (com queijo e manteiga), no almoço (com recheios considerados de maior sustância, como feijão e carne), no lanche da tarde (salgado ou doce, com melado por exemplo, e servido com café com leite) e na janta.

Conta que é tradicional e muito bem quista até hoje não apenas, mas principalmente entre trabalhadores/as de baixo poder aquisitivo, pois a arepa sustenta o corpo que se movimenta por prolongado tempo, é versátil e diversa, e rende. Essa prática alimentar faz recordar a etnografia de Antonio Candido de Mello e Souza (2010), especificamente a dieta de *trabalhadores da roça* no interior de São Paulo entre as décadas de 1940 e 1950, com

²³A marca tem um site, no qual se encontram receitas de diversos países à base de sua farinha, inclusive da Venezuela: <http://wp.pancorn.com/international/categoria/venezuela/>.

²⁴Original, em espanhol: “Harina de maíz precocida P.A.N. es un producto único hecho a base de puro maíz. Es libre de gluten, no contiene conservantes, colorantes, ni saborizantes y se obtiene solo de procesos mecánicos, no hay químicos involucrados en su producción. P.A.N. hace masa al instante con solo agregar agua y gracias a su versatilidad y practicidad, permite la preparación de saborosos y variados platos a base de maíz, propios de cada cultura.”

repetições cotidianas dos mesmos alimentos “de sustância” para suportar o dia de trabalho braçal e as socialidades relacionadas a esses costumes, à compra ou cultivo de alimentos e ao preparo refeições.

Para quem desconhece, como eu desconhecia antes da oficina, a arepa surpreende o paladar brasileiro que é acostumado com outros tipos de farinha de milho e outros pratos à base de milho. Para uma brasileira nascida em Florianópolis e cuja família se encontra majoritariamente no sul do país, seu sabor lembrou a polenta mole, característica dessa região com o encontro de imigrantes italianos/as aos alimentos disponíveis. Porém, o disco fica crocante por fora e macio por dentro. Alice ensinou que, para rechear, faz-se um corte até a metade do disco de modo a formar um bolso que abrigará os recheios. Seguindo sua indicação, experimentei rechear com feijão e queijo, combinação muito utilizada na Venezuela e estranha ao paladar brasileiro. Apoiando em um guardanapo, as primeiras mordidas já exigiram um prato com urgência para ajudar a incompetência de quem não está acostumada a comer arepas com feijão. Posso dizer que o chão do CRAS também experimentou um pouco naquele dia e parece ter gostado.

Figura 11: Mulheres na oficina de arepas



Fonte: acervo da pesquisa da autora

Alice ensinou também outras formas de se fazer arepas em formatos, instrumentos e métodos variados. Pode ser assada ou frita, sendo melhor neste último caso fazer um furo no

meio do disco para que a passagem de ar permita à arepa cozinhar mais rápido uniformemente, formando uma espécie de rosca. Com essa mesma farinha ainda, a farinha de milho branco, Alice conta que é comum entre famílias venezuelanas fazer os “bolos navideños” em época de Natal e em ocasiões especiais, muitas vezes adicionando carne na massa já e fritando. Por vezes o formato nos lembra a pamonha brasileira, por outras é feito em um formato cilíndrico recheado em camadas.

A comida aqui aparece em um lugar entre necessidade e afeto, dizendo respeito também a pertencimento, a cultura, àquilo que sustenta. A oficina de arepas ressoou reflexões feitas por Viviane Vedana (2013) ao pesquisar feirantes e seu trabalho em mercados municipais. As práticas cotidianas dos feirantes são embasadas em um conjunto de saberes e experiências que também são reconstruídas continuamente em trabalho. Assim, a antropóloga argumenta que “fazer a feira é também ‘fazer’ o feirante” pois este refaz seus saberes a cada dia de feira, dependendo dos laços sociais tecidos, necessários ao seguimento de seu trabalho (Vedana, 2013, p. 42-43). Analogamente, as/os imigrantes venezuelanas/os, destacadamente as/os que participam da Cooperativa De Mãos Dadas, têm sistematizado seus saberes em novas formulações que fazem com as relações tecidas entre país de origem e nova morada. A socialidade é, para esse efeito, o elo fundamental nesse grupo e nas práticas estudadas das arepas. Encerro essa escrita ecoando a sonoridade da cozinha-oficina pela massa de arepa sendo mexida com a mão e enfim a arepa sendo frita e tostada.

Figura 12: Recheando as arepas com queijo e feijão



Fonte: acervo da pesquisa da autora

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa monografia foi escrita em movimentos e momentos variados, na tentativa de acompanhar um campo de fluxos e mudanças incessantes que me capturou desde nossos primeiros encontros e com o qual aprendi a aprender, significando e transformando categorias conhecidas na universidade. Foi uma de minhas primeiras experiências de pesquisa com um campo de pelo menos um ano. Foi um dos lugares que me ensinou a arte do imprevisto e a me surpreender. Resultou em uma pesquisa que se fez e refez no pesquisar.

A etnografia objetivou compreender as práticas cotidianas que produzem relações e as dinâmicas sociais no território do CRAS Canasvieiras, entendendo o CRAS como território principal da pesquisa. Repito aqui que tem algo de muito rico na informalidade do cotidiano, quando as pessoas estão mais à vontade para falar e as conversas são levadas a lugares de interesse coletivo. Foi o que mais aconteceu nesse período de trabalho de campo entre 2022 e 2023 e o que também fez mais sentido àquele contexto nesse tempo. Não há vergonha nenhuma em admitir que o que foi exposto não dá conta de todo o vivido e todas as possibilidades a serem exploradas nesse campo. É, assim, um convite para pesquisas futuras, deixando mais questões do que respostas.

Foi também objetivo desta pesquisa produzir conhecimento científico na esperança de contribuir para o fortalecimento das políticas públicas, locais e nacionais, e de estratégias para geração de renda a partir de práticas coletivas e prazerosas. Mais do que isso, buscou-se contribuir para que as próprias políticas públicas e governanças nos diversos níveis e atribuições levem as pessoas à sério (Ingold, 2019). Portanto, que se aumente o investimento em políticas de prevenção na Proteção Social Básica, em políticas territorializadas, almejando melhorias na qualidade de vida e a garantia de direitos. Antropologicamente ainda, encontro ressonâncias na relevância de trabalhos como o de Manu Rocha de Matos (2021, p. 87): "estudar as práticas cotidianas e suas miudezas é essencial para entendermos os significados e contextos das relações socioculturais em sociedades urbanas".

Esta escrita, por fim, tratou-se de uma homenagem ao árduo trabalho de quem compõe os CRAS e quem dentro (e além) deles se esforça para enxergar as e agir pelas potências que apresentam. Essa é uma das coisas mais importantes que aprendi, mesmo em meio a histórias de violência, sofrimento e desigualdade, a trabalhar com potência. Foi o que mais transbordou nas pessoas que conheci. E onde tem potência, tem lugar para esperar. Onde se espera tem sonho e desejo, mas esperar não é verbo de espera, é palavra em movimento, verbo de

ação (Freire, 1992). Sem água, sem comida, sem sonho não há vida. Isso quem ensinou foi um senhor a quem esta estagiária chamava "dindo". Oxigênio dá conta de sobrevivência (e olhe lá), viver demanda desejos e querer. Mas não se sonha apenas com a noite e não se espera sozinho/a. Portanto, ecoamos histórias. E acredito, junto a Ailton Krenak (2019) que, se pudermos sempre contar mais uma história, contribuiremos para adiar o fim do mundo.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Jaime Amparo. TOPOGRAFIAS DA VIOLÊNCIA NECROPODER E GOVERNAMENTALIDADE ESPACIAL EM SÃO PAULO. **Revista Do Departamento De Geografia**, 22, p. 108-134, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47222>. Acesso em: 13 nov. 2023.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Espaço, polarização e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1973. 125 p.
- ASSUNÇÃO, Viviane Kraieski de. **Onde a comida não tem gosto**: estudo antropológico das práticas alimentares de imigrantes brasileiros em Boston. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/95311>. Acesso em: 25 jun. 2023.
- BARBOSA, Andréa. Significados e sentidos em textos e imagens. In: Barbosa, Andréa; Cunha, Edgar Teodoro da; Hikiji, Rose Satiko Gitirana (Orgs.). **Imagem-conhecimento**: Antropologia, cinema e outros diálogos. Campinas: Papius Editora, 2009.
- BRAGA, Jamille Rodrigues. **Avaliação do serviço de proteção e atendimento integral à família (PAIF) em Maracanaú/CE**: as (re)construções da política em contexto de pandemia. 2022. 164 f. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.
- BRASIL. Lei Orgânica de Assistência Social: Lei 8.742, 7 dez. 1993. Brasília: **Senado Federal**, 1993. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742compilado.htm. Acesso em: 25 nov. 2022.
- BRASIL. BIBLIOTECA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário**. [S. d.] Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/base-legal-de-governo/orgaos-extintos/copy6_of_ciencia-e-tecnologia. Acesso em: 16 nov. 2022.
- BRASIL. GOVERNO FEDERAL. **Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome**. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/pt-br>. Acesso em: 24 maio 2023.
- BRASIL. Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. **Política Nacional de Assistência Social**: PNAS/2004. Brasília, 28 out. 2004. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 18 ago. 2023.
- CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CARDOSO, Vânia Zikan. CONTAR O PASSADO, CONFABULAR O PRESENTE: performances narrativas, poética e as construções da história. In: RAPOSO, Paulo; CARDOSO, Vânia Z.; DAWSEY, John; FRADIQUE, Teresa (org.). **A terra do não-lugar: diálogos entre antropologia e performance**. Florianópolis: Ed. da Ufsc, 2013. p. 43-59.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo**. 2 ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 2000. 220 p.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano 2: morar, cozinhar**. Petrópolis: Vozes, 1996. Tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth.

CORREIOS. **CEP de Florianópolis - SC**. Disponível em: <https://correioscep.com/florianopolis-sc>. Acesso em: 13 nov. 2023.

DETONI, Priscila Pavan; MACHADO, Paula Sandrine; NARDI, Henrique Caetano. “Em nome da mãe”: performatividades e feminizações em um CRAS. **Revista Estudos Feministas**, v. 26, n. 1, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/PRLkdY6FhGtJb3L7ddHkkR/?lang=pt#ModalTutors>

DIDI-HUBERMAN, G. Quando as imagens tocam o real. **PÓS: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG**, Belo Horizonte, p. 206–219, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistapos/article/view/15454>. Acesso em: 21 nov. 2023.

DOURADO, Isabel. Retrocesso na educação marca o fim do governo Bolsonaro; veja problemas: corte de verbas, corrupção, luta ideológica e retrocesso nos principais indicadores formam legado do governo Bolsonaro no setor. **Correio Braziliense**. [S. l.], 01 jan. 2023. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/brasil/2023/01/5062795-retrocesso-na-educacao-marca-o-fim-do-governo-bolsonaro-veja-problemas.html>. Acesso em: 22 out. 2023.

ENCONTRA SANTA CATARINA. **Mapa dos bairros de Florianópolis**. Disponível em: <https://www.encontrasantacatarina.com.br/mapas/mapa-bairros-de-florianopolis.htm>. Acesso em: 13 nov. 2023.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. **Cadernos de campo**, n. 13: 155-161. 2005. Tradução de Paula Siqueira.

FIGUEIREDO, Angela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, e0102, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5965/2175180312292020e0102>. Acesso em: 3 dez. 2023.

FLORIANÓPOLIS. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Florianópolis. Secretaria Municipal de Mobilidade e Planejamento Urbano. **Anexo D05 - Divisão Administrativa Distritos: organização das unidades territoriais do município de Florianópolis**. ORGANIZAÇÃO DAS UNIDADES TERRITORIAIS DO MUNICÍPIO DE

FLORIANÓPOLIS. 2022. Elaborado pela Diretoria de Gestão Territorial. Disponível em: <https://redeplanejamento.pmf.sc.gov.br/planodiretor/D05%20-%20Divis%C3%A3o%20Administrativa%20Distritos.pdf>. Acesso em: 22 out. 2023.

FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS). Plano Municipal de Assistência Social (2022/2025) - Florianópolis, SC: SEMAS, 2022. Disponível em: <https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/semas/index.php?cms=plano+municipal+de+assistencia+social+2022+2025&menu=0>.

FONSECA, Cláudia. O anonimato e o texto antropológico: dilemas éticos e políticos da etnografia ‘em casa’. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 2, n. 1 e 2, p. 39-53, jan/dez. 2008.

FREIRE, Paulo. **Educação "bancária" e educação libertadora**. In: Patto, Maria Helena Souza (org.). Introdução à Psicologia Escolar. 2 ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. Notas de Ana Maria Araújo Freire. Disponível em: [https://piraquara.pr.gov.br/aprefeitura/secretariaseorgaos/educacao/uploadAddress/10.-Pedagogia-da-Esperana-compressed\[11749\].pdf](https://piraquara.pr.gov.br/aprefeitura/secretariaseorgaos/educacao/uploadAddress/10.-Pedagogia-da-Esperana-compressed[11749].pdf). Acesso em: 29 maio 2022.

GONZALEZ, Lélia. Para compreender a “América” e o “pretuguês”. In: SANTANA, Bianca (org.). **Vozes insurgentes de mulheres negras**: do século XVIII à primeira década do século XXI. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2019. p. 72-103. Disponível em: https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2019/08/web_Vozes_Insurgentes-1.pdf. Acesso em: 07 nov. 2023.

GRANEMANN, Sara. Crise econômica e a Covid-19: rebatimentos na vida (e morte) da classe trabalhadora brasileira. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, 2021, e00305137. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00305. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/VqhBxrX6GWp7LhbNLPWWxYH/>. Acesso em: 25 nov. 2022.

HARAWAY, Donna. **SABERES LOCALIZADOS: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. Cadernos Pagu, Campinas, n. 5, p.07-41, 1995. Artigo originalmente publicado em *Feminist studies*, 14 (3), 1988, traduzido com a permissão de Feminist Studies, Inc., c/o Women's Studies Program, University of Maryland, College Park, MD 20742. Tradução de: Mariza Corrêa. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/1828>. Acesso em: 15 março de 2021.

HARVEY, D. O espaço como palavra-chave. **GEOgraphia**, v. 14, n. 28, p. 8-39, 29 abr. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2012.v14i28.a13641>. Acesso em: 03 dez. 2023.

HARTMANN, Luciana. A Arte e a “Ciência” de contar histórias: como a noção de performance pode promover diálogos entre a pesquisa e a prática. **MORINGA - Artes do Espetáculo**, [S. l.], v. 5, n. 2, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/moringa/article/view/22211>. Acesso em: 4 dez. 2023.

INGOLD, Tim. **Antropologia**: para que serve? Tradução de Beatriz Silveira Castro Filgueiras. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

INGOLD, Tim. **Estar Vivo**: Ensaio sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis: Editora Vozes, 2015

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS (IPUF). Lista das localidades que pertencem a cada distrito. [S. d.] Disponível em: https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/18_10_2018_14.08.43.53ea94ec5d4105a45e5483053cca02fb.pdf. Acesso em: 11 nov. 2023.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LAGO, Mara Coelho de Souza. **Memória de uma comunidade que se transforma**: de localidade agrícola-pesqueira a balneário. 1983. 154 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1983.

MACHADO, Katia. Sem moradia, não há saúde: cidades carentes de habitações saudáveis são as mais impactadas por doenças que se alimentam da desigualdade social, como a tuberculose. **Revista Poli: Saúde, Educação e Trabalho**. Rio de Janeiro, jul. 2018. Caderno 58, p. 28-30. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/poli58_sem_moradia.pdf. Acesso em: 13 nov. 2023.

MAGNANI, J. G. C. Da periferia ao centro: pedaços & trajetos. **Revista de Antropologia**, [S. l.], v. 35, p. 191-203, 1992. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/111360>. Acesso em: 3 dez. 2023.

MARQUES, Heloísa. "Área rural fantasma" aponta para especulação no Sul da Ilha. **Nd Mais**. Florianópolis, 30 jun. 2022. Disponível em: <https://ndmais.com.br/economia/area-rural-fantasma-aponta-para-especulacao-no-sul-da-ilha/>. Acesso em: 13 nov. 2023.

MATOS, Manu Rocha de. **De mãos em mãos**: uma etnografia de manicures na cidade de Florianópolis (sc). 2021. 94 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Sociais, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/224587>. Acesso em: 23 nov. 2023.

MENDES, Áquilas; CARNUT, Leonardo; MELO, Mariana. Continuum de desmontes da saúde pública na crise do covid-19: o neofascismo de Bolsonaro. **Saúde e Sociedade**, v. 32, n. 1, p. e210307pt, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-1290202210307pt>. Acesso em: 22 out. 2023.

MENDONÇA, Heloísa. Atraso do Brasil em começar vacinação contra covid-19 estende crise e retarda retomada da economia. **El País**. São Paulo, 30 dez. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-12-30/atraso-do-brasil-em-comecar-vacinacao-contracovid-19-estende-crise-e-retarda-retomada-da-economia.html>. Acesso em: 22 out. 2023.

MONTEIRO, C. S. O que cabe na mala? Deslocamentos e circulação de objetos da diáspora senegalesa em "terra de italianos". **Século XXI – Revista de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 8, n.

1, p. 203–232, 2018. DOI: 10.5902/2236672535672. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/35672>. Acesso em: 25 jun. 2023.

MORAES, Alana. Para o preparo de uma TEORIA POLÍTICA GERAL DA COZINHA ou como insistir nos feitiços contracoloniais. *[S. l.]*. Disponível em: <https://escoladeativismo.org.br/para-o-preparo-de-uma-teoria-politica-geral-da-cozinha-ou-como-insistir-nos-feiticos-contracoloniais/>. Acesso em: 30 jun. 2023.

P.A.N. (Productos Alimenticios Nacionales). **Categories for Venezuela**. Disponível em: <http://wp.pancorn.com/international/categoria/venezuela>. Acesso em: 19 mai. 2023.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014.

RECH, Ramana. Alto número de casos no Brasil levou América Latina a ser epicentro da pandemia. **CNN**. *[S. l.]*, 22 ago. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/alto-numero-de-casos-no-brasil-levou-america-latina-a-ser-epicentro-da-pandemia/>. Acesso em: 15 jun. 2023.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. **Território: Globalização e Fragmentação**. 4 Ed. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 15-20. Disponível em: <http://geocrocetti.com/msantos/Territorio.pdf>. Acesso em: 24 set. 2023.

SANTOS, Milton. (1999). O dinheiro e o território. **GEOgraphia**, v. 1, n. 1., jul. 1999, p. 7-13. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/download/13360/8560/52708>. Acesso em: 24 set. 2023.

SAQUET, Marcos. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SC tem mais de 5,7 mil imigrantes de 85 nacionalidades diferentes: dados do governo do estado mostram que pessoas vindas de outros países já foram atendidas em 190 municípios catarinenses. **NSC Total**. Florianópolis, 19 set. 2019. Disponível em: <https://www.nscetotal.com.br/noticias/sc-tem-mais-de-57-mil-imigrantes-de-85-nacionalidades-diferentes>. Acesso em: 19 maio 2023.

SCHONS, Adrieli Roberta. **Contradições e conflitos na ocupação e urbanização em áreas de APP: o caso das dunas de ingleses**, Florianópolis. 2019. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/215055>. Acesso em: 26 out. 2023.

SILVA, Hélio Raymundo Santos. A situação etnográfica: andar e ver. **Horizontes Antropológicos**, v. 15, n. 32, p. 171–188, jul. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832009000200008>. Acesso em: 03 dez. 2023.

SIMMEL, G. “Sociologia da refeição”. **Estudos Históricos**, 1(33), 159-166, 2004.

STOLLER, Paul. **O gosto das coisas etnográficas: os sentidos na antropologia**. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2022.

STRATHERN, Ann Marilyn. **O efeito etnográfico e outros ensaios: Marilyn Strathern**. Coordenação editorial: Florencia Ferrari. Tradução: Iracema Dulley, Jamille Pinheiro e Luísa Valentini. São Paulo: Cosac Naify, 2014. 576 pp., 11 ils.

STRATHERN, Marilyn. No limite de uma certa linguagem. **Mana**, v. 5, n. 2, p. 157–175, out. 1999.

TAUSSIG, Michael T. **O fetichismo da mercadoria na América do Sul**. Tradução de Priscila Santos da Costa. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.

UOL NEWS. Bolsonaro imita pessoa com falta de ar; vídeos desmentem fala do presidente na Globo. **Canal UOL**. [S. l.], 23 ago. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VgmGRthgPq8>. Acesso em: 14 nov. 2023.

VEDANA, Viviane. Fazer a feira e ser feirante: a construção cotidiana do trabalho em mercados de rua no contexto urbano. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 19, n. 39, p. 41-68, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832013000100003>. Acesso em: 18 mai. 2023.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: **Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**, Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

WORLD WITHOUT POVERTY (WWP). **MDS passa a ser Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário**. 2016. Disponível em: <https://wwp.org.br/mds-passa-a-ser-ministerio-do-desenvolvimento-social-e-agrario/>. Acesso em: 16 nov. 2022.